

CMG Hamilton Jorge da Gama Henrique

**TEMA: POSSIBILIDADES E REFLEXOS DE UMA INTEGRAÇÃO
MILITAR REGIONAL NA AMÉRICA DO SUL**

**TÍTULO: POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO MILITAR NO
MERCOSUL: reflexos na Política de Defesa Nacional**

Rio de Janeiro

Marinha do Brasil
Escola de Guerra Naval

2006

CMG Hamilton Jorge da Gama Henrique

**POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO MILITAR NO
MERCOSUL: reflexos na Política de Defesa Nacional**

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval
como requisito parcial para conclusão do Curso de
Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG Francisco Eduardo Alves de Almeida

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2006

RESUMO

Com o estabelecimento do MERCOSUL, originalmente voltado para a integração e cooperação econômica em benefício de seus Estados-Membros, surgiram diversos acordos adicionais sobre assuntos políticos, sociais ou culturais, motivados pela existência de um fórum propício ao entendimento. Na última década do século XX, o mundo presenciou o crescimento do fenômeno da globalização, sobretudo econômico-financeira, resultando nas mais diversas formas de associações entre Estados, na perspectiva de solucionar problemas de caráter regional e de inserção no cenário internacional. Desse modo, apareceram os temas sobre segurança e defesa, orientados primeiramente para a necessidade de proteção das riquezas naturais do subcontinente e do patrimônio gerado pelo desenvolvimento econômico, envolvendo naturalmente, as Forças Armadas. Ao início do século XXI, uma rápida transformação da conjuntura mundial foi proporcionada, em 2001, pelo ataque terrorista aos EUA, pelo surgimento de novos atores no comércio mundial e pelas tensões causadas no relacionamento político entre países ou blocos regionais sobre o protecionismo econômico. As propostas de uma integração militar regional tornaram-se uma realidade, sobretudo por se tratar de um componente importante nas políticas externas governamentais. Discutiu-se, então, quais as possibilidades de integração militar que o Brasil poderá adotar e os reflexos dessas ações sobre sua nova Política de Defesa Nacional, aprovada em 2005.

Palavras-chave: MERCOSUL – Forças Armadas – relações internacionais – segurança e defesa - integração militar.

ABSTRACT

With the establishment of MERCOSUL, originally aimed at the integration and economic cooperation in favor of your States Members, arose additional accords about policy issues, social and cultural as well, motivated by one forum propitious to understanding. In the last decade of twentieth century, the world witnessed the growth of the phenomenon of globalization, economic-financial above all, resulting in several kinds of associations among States, aiming to solve regional problems and to the incorporation in the international scenery. As a result, themes about security and defense emerged, guided firstly by the necessity of protecting both, natural resources of subcontinent and patrimony from the economic development, involving naturally, the Armed Forces. At the beginning of twentieth-first century, a fast transformation of the world conjuncture was proportionate, in 2001, from the terrorist attack to the USA, followed the emergence of new actors in the world commerce and from the tensions caused in the politic relationship among countries or regional blocks about economic protectionism. The proposal of a regional military integration became reality, especially for being an important component in the government external policy. As a result, some Brazilian military integration possibilities were analyzed and the consequences of those actions on the new National Defense Policy, approved in 2005, were taken to consideration.

Key words: MERCOSUL – Armed Forces - international relations – security and defense – military integration

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	5
2	MERCOSUL – UMA DISCUSSÃO CRÍTICA.....	7
3	FORÇAS ARMADAS, SEGURANÇA E DEFESA.....	16
3.1	Argentina.....	17
3.2	Uruguai.....	18
3.3	Bolívia.....	19
3.4	Paraguai.....	20
3.5	Chile.....	21
3.6	Brasil.....	22
3.7	Venezuela.....	23
4	INFLUÊNCIAS EXTRA-REGIONAIS.....	26
4.1	Estados Unidos da América.....	26
4.2	União Européia.....	29
4.3	Outros Atores.....	31
5	POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO MILITAR.....	36
6	REFLEXOS NA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL.....	43
7	CONCLUSÃO.....	50
	REFERÊNCIAS.....	52
	ANEXO A.....	59
	ANEXO B.....	60
	ANEXO C.....	61

1 INTRODUÇÃO

La seguridad regional es relativa; ninguna región o nación puede estar totalmente segura. El reconocimiento de la mútua vulnerabilidad entre las naciones puede conducir a la cooperación, que se traduciría en el mejoramiento de la seguridad de todos (JARRIN, 1989, p. 205)

As políticas governamentais dos países da América do Sul, no relacionamento diplomático, sempre trataram de priorizar as questões econômicas. Dependendo da situação conjuntural, o entendimento na região sempre apresentou um caráter disperso, com exceção do campo cultural na América hispânica, fortemente influenciado pelos costumes e pela língua de seus ancestrais. A partir de 1947, com a reorganização política mundial do pós-guerra e com o advento da Guerra Fria, esses países iriam viver experiências muito semelhantes, principalmente nos campos político e social. Começávamos, então, com as primeiras tentativas de organizações regionais multilaterais, onde se destaca a criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

Entretanto, não era o termo integração que prevalecia como uma orientação nos mais diversos tipos de acordos bilaterais. Os necessários entendimentos diplomáticos se concentravam nos temas específicos de cada acordo, obedecendo aos parâmetros de uma diplomacia limitada pela bipolaridade política do mundo, dificultando o desenvolvimento de negociações para um entendimento regional de maior abrangência.

Somente com o término da Guerra Fria, ao final dos anos oitenta, tendo como conseqüência a hegemonia total dos Estados Unidos da América (EUA) frente aos demais países, observou-se uma valorização dos blocos políticos e econômicos em todo o mundo. Esses blocos nunca deixaram de existir, informal ou formalmente, porém sempre trataram de assuntos específicos e não raro, com um tempo definido.

Nesse contexto, em 1985, começaram as primeiras negociações para a criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), decorrentes de uma aproximação entre Argentina e Brasil, que naquele momento passavam por conturbado período de complicações na economia e buscavam estabelecer pontos comuns, para acordarem suas posições em um novo Tratado.

Todavia, já não estávamos no século XIX e sim, quase ao início do século XXI. A semelhança dos fatos históricos é superada pelos novos desafios de toda a humanidade. Um desses desafios trata exatamente de temas sobre segurança e defesa proporcionados pela aplicação da força ou violência, com nova modalidade de agressão utilizada em alguns

conflitos, sobretudo a que leva a denominação de terrorismo.

Dessa forma, entende-se que os temas relacionados à segurança e defesa poderão, brevemente, ser inseridos como discussão em Grupos de Trabalho (GT) do MERCOSUL. Não necessariamente por solicitação ou exigência das Forças Armadas (FA) e sim, por orientação de seus Governos.

Diante dessa perspectiva e em virtude dos fatos políticos ocorridos na América do Sul nesse início de século XXI, pretende-se examinar um possível processo de integração militar dos países componentes desse Mercado e seus associados, com suas orientações políticas para defesa e as formas de influência, desse processo, em nosso país.

Serão apresentadas três seções de caráter descritivo onde se discute a participação dos países componentes do bloco econômico subcontinental, a situação de suas FA e a influência de atores externos no processo de integração.

Em - MERCOSUL, uma discussão crítica – buscaremos apresentar o processo de criação desse Bloco, enfatizando a parte econômica, os entendimentos políticos e as assimetrias entre os países, que de forma direta ou indireta contrariam os interesses comuns de seus Estados-Membros.

A seção – Forças Armadas, Segurança e Defesa – apresentará como estão inseridas as FA na sociedade, a partir da redemocratização dos países na década de oitenta e a orientação para os assuntos relacionados com segurança e defesa.

Em Influências Extra-Regionais serão apresentados os principais atores, com ênfase para os EUA, que agem no processo de integração do subcontinente com o intuito de obter ganhos com o MERCOSUL ou impedir o sucesso da integração, por considerarem o Bloco mais um concorrente econômico.

Em decorrência das três seções iniciais serão apresentadas as Possibilidades de Integração Militar no presente, onde serão discutidas as formas dessas ocorrências comparadas com a visão do Ministério da Defesa (MD) brasileiro, sobre esse processo.

Finalmente, na seção Reflexos na Política de Defesa Nacional (PDN), serão apresentadas as diversas linhas de ação, observando-se o pouco tempo de vigência dessa política e a ausência de diversos documentos oficiais, ainda em fase de estudos e que definirão o projeto do Estado brasileiro no campo de segurança e defesa.

2 MERCOSUL – UMA ANÁLISE CRÍTICA

Em maio de 2006, decorridos seis meses da última reunião de cúpula do MERCOSUL, quando a Venezuela pleiteou ser aceita como membro pleno do Tratado, os acontecimentos políticos na América do Sul geraram muitas dúvidas e uma pergunta: como consolidar o projeto de fortalecimento do MERCOSUL?

Antes de se discutir a situação encontrada no início de 2006, faz-se necessário um pequeno histórico apresentando alguns acontecimentos relacionados à criação do Mercado.

No século XIX, no decorrer do processo de formação dos Estados e a conseqüente fase de ordenação geopolítica do continente, não se falava em processos de integração ou mesmo de cooperação. Afinal, havia questões básicas, como limites geográficos ou consolidação dos Estados, a serem resolvidas. Em 1909, com a proposta de criação de uma União Aduaneira do Sul, um grupo de empresários e políticos da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai tentou criar um projeto de integração no Cone Sul (BRASIL, 2006a). Essa proposta não foi implementada, principalmente pelo amadorismo como foram tratadas as questões e pela dificuldade, ainda natural, de comunicação.

Entre essa fracassada tentativa e o surgimento, em 1947, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o mundo sofreu um processo de transformação social, tecnológica e econômica jamais visto até então. Foram duas guerras mundiais, surgimento de novas ideologias, crise financeira mundial e uma enorme quantidade de invenções facilitando, sobretudo, as comunicações. Com uma conotação política bipolar, fruto da separação ideológica resultante ao final da II Guerra Mundial, e a confirmação dos EUA como o mais importante ator global na economia, a América do Sul era considerada coadjuvante no contexto mundial. Nesse ambiente bipolar foi criada, em 1948, a Organização dos Estados Americanos (OEA). Em suma, com essas duas iniciativas diplomáticas, os EUA assumiam o papel tutorial das Américas, consensualmente aceito por todos os países signatários de ambos os Tratados.

Ainda em 1948, foi criada a CEPAL, com sede em Santiago do Chile. O posicionamento estratégico desse novo órgão, criado dentro da estrutura da Organização das Nações Unidas (ONU), representou uma tentativa regional de desvinculação das orientações econômicas dos EUA e estabeleceu uma forte influência centralizadora estatal, no processo de industrialização e produção dos países sul-americanos. A Comissão, ao mesmo tempo em que atraía a simpatia de setores da esquerda e de nacionalistas, tinha ferrenha oposição dos

economistas neoclássicos e keynesianos (OLIVEIRA H., 2005, p. 63).

Iniciava-se com toda plenitude o período conhecido na história recente como Guerra Fria e o modelo da CEPAL viria a influenciar toda uma geração de formuladores de política econômica, até o final dos anos 80. Porém, entre os anos 60 e 90 surgiram várias associações, normalmente de caráter político-econômico, que de certa forma visavam atender aos anseios políticos conjunturais. Podemos citar entre outras, a criação em 1960, da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); em 1969, do Grupo Andino; em 1975, o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA); e em 1980, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (BRASIL, 2006a).

Evidentemente, os mecanismos de integração aperfeiçoavam-se sem a visão política adequada para a formação de um bloco no subcontinente. Essa responsabilidade era frequentemente substituída por preocupações econômicas, de certa forma coerente com a realidade dos países envolvidos, além de questões sociais e conflitos bilaterais, que até hoje permanecem latentes nas negociações.

Dessa forma, Brasil e Argentina, que representavam as duas maiores economias na década de 80, com o início da distensão política, fruto do processo de retorno à normalidade democrática na região, iniciaram um processo de aproximação política e econômica, em novembro de 1985. Com a assinatura da Ata de Iguazu, os dois países se comprometeram a intensificar o relacionamento bilateral com iniciativas de caráter econômico, além de promover o desenvolvimento de projetos nas áreas técnicas e científicas (BRASIL, 2006b). Esse entendimento representou a “pedra fundamental” do futuro MERCOSUL.

No decorrer de 1986, inúmeras reuniões sobre os processos e o modelo de integração foram realizadas e, ainda em julho, foi assinada a Ata para Integração Brasileiro-Argentina, em Buenos Aires. Em dezembro, na capital brasileira, foram firmados os protocolos que definiam os objetivos da Ata (BRASIL, 2006a).

É importante frisar que o único protocolo não assinado foi exatamente o que versava sobre Cooperação na Produção para Defesa (BANDEIRA, 2004, p. 413).

No Cone Sul¹, alheios ao início desse processo estavam Chile e Paraguai, nesse momento ainda sob a égide de governos militares e a Bolívia, que mesmo com o retorno à democracia, passava por período de forte instabilidade econômica. O Uruguai havia solicitado

¹ Cone Sul – região pertencente ao sul da América do Sul que engloba a Argentina, o Chile, o Uruguai e eventualmente, o Paraguai. Com a criação do MERCOSUL, também passou a ser utilizado como sinônimo do tratado continental que abrange os países do sul do continente, incluindo-se então, Bolívia e Brasil (CONE SUL, 2006).

sua participação nas reuniões bilaterais.

Após dois anos de intensivas negociações diplomáticas e com o aumento de volume nas transações comerciais, celebrou-se o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 29 de novembro de 1988. Como já participava do processo, o Uruguai, aderiu ao Tratado e “esse seria o início de uma nova ‘Tríplice Aliança’, com a modificação radical do equilíbrio diplomático geopolítico na América do Sul” (BANDEIRA, 2004, p. 418). Estava assim definida uma agenda preliminar prevendo acordos comerciais e uma união aduaneira, porém denominando-se, desde então, como Mercado (BRASIL, 2006a).

O ano de 1989 foi particularmente repleto de acontecimentos que influíram direta ou indiretamente na criação do MERCOSUL. No Paraguai, em fevereiro, um golpe de estado depôs o General Stroessner, após 34 anos no poder; no Chile, o General Pinochet, em virtude do resultado de um plebiscito, que lhe fora negativo, com a intenção de legitimar seu projeto político, teve que convocar eleições onde saiu vitorioso o candidato do Partido Demócrata-Cristão, Patricio Aylwin; no Brasil, nas primeiras eleições diretas desde 1960, se elegeu Collor de Mello, que antes da eleição era o Governador de Alagoas, porém sem expressão nacional, assim como seu Partido da Reconstrução Nacional (PRN); na Argentina, também ocorreu sucessão presidencial, assumindo Carlos Menem, em substituição a Raúl Alfonsín, com a antecipação da posse, por fortes pressões econômicas; na Europa, a queda do Muro de Berlim, propiciou a união das Alemanhas em 1990 e o desaparecimento das repúblicas socialistas, até a derrota completa do comunismo com o fim da URSS, em 1991; e, como parte onipresente em crises de Brasil e Argentina, suas economias estavam totalmente descontroladas, à beira da hiperinflação. Nesse contexto, falar-se em dívida externa tornava-se redundante. O mundo iniciava um processo de globalização² econômica e os contumazes devedores latino-americanos estavam longe de entendimentos com seus principais credores.

Apesar de unidos consensualmente por Tratado, Brasil e Argentina não confirmavam o adágio popular que diz “a união faz a força”. Tratava-se de uma união rarefeita com força praticamente nula. Houve necessidade de um ator externo, chamado EUA, atuar para algumas soluções de caráter financeiro, como rolagem de dívidas ou empréstimos-ponte do Fundo Monetário Internacional (FMI) e aproveitando o momento, iniciou-se o processo de criação da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), um futuro entrave ao processo do MERCOSUL.

No setor de Defesa, um fato importante marcou o ano de 1991: a criação da

² A Globalização analisada pelo lado econômico-financeiro teve seu início na década de 80, com a integração a nível mundial das relações econômicas e financeiras, tendo como pólo dominante os Estados Unidos (RUIZ, 2006).

Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Sob pressão dos EUA, Collor determinou o fim do chamado Programa Nuclear paralelo e em contrapartida a Argentina encerrou o projeto para a produção do míssil balístico Condor II. Nesse mesmo ano, Argentina, Brasil, ABACC e a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) firmaram um Acordo, o Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), onde entre outras obrigações criavam regras específicas para inspeções mútuas sobre a área nuclear (AGÊNCIA, 2006).

Mesmo com grandes divergências na condução de suas políticas externas e, sobretudo pela conjuntura político-econômica, incluindo a Rodada Uruguaí do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio³ (GATT), Brasil e Argentina resolveram antecipar os prazos para o estabelecimento do MERCOSUL, acordando a data de 31 de dezembro de 1994 para o fim das restrições tarifárias e o estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC). Dessa vez, foi o Paraguai quem aderiu ao processo. E assim, com o Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991, Brasil, Argentina, Uruguaí e Paraguai criaram mais um bloco econômico no mundo (MERCOSUL, 2006).

Por tratar-se de um acordo eminentemente político-econômico, novamente nenhum dos Grupos de Trabalho recém-criados tratou do tema segurança e defesa. Foram criados Grupos *Ad Hoc*, como Integração Fronteiriça ou Infra-estrutura da Integração e Drogas (MERCOSUL, 2006) que por tratarem, entre outras coisas, de crimes transnacionais, envolviam naturalmente a segurança dos países.

Entre 1991 e 1994, enquanto prosseguiram os trabalhos para implementação do Tratado, ocorreram novos fatos com implicações diretas nesse processo: em 1991, na Argentina, o Presidente Menem, lançou seu plano econômico com a Lei de Conversibilidade, estabelecendo a paridade entre o peso e o dólar. Além disso, tornou-se um “aliado incondicional do EUA”, pleiteando tratamento diferenciado, em termos de defesa; em 1992, no Brasil, ocorreu o *impeachment* do Presidente Collor e na Europa, foi assinado o Tratado de Maastricht estabelecendo a União Européia; em julho de 1993, o Brasil lançou o Programa de Ação Imediata (PAI) (BRASIL, 2006c), precursor do Plano Real, com o intuito de ordenar sua economia; em 1994, tomou posse no Brasil, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mesmo ano da entrada em vigor do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA⁴), envolvendo Canadá, México e EUA.

³ Em inglês, *General Agreement on Tariffs and Trade*. Periodicamente, o GATT realiza reuniões sobre acordos comerciais, as quais se chamam de rodada, e que leva o nome do país ou cidade sede onde se iniciam as reuniões.

⁴ Em inglês, *North American Free Trade Association*.

É importante registrar, que o Plano Real, já implementado pelo Presidente Fernando Henrique, não era incompatível com os protocolos do Tratado. Porém, as medidas para controle de déficits e principalmente a excessiva importância nos resultados da balança comercial, traduzidos pela necessidade de controle da inflação, iriam influenciar as negociações diplomáticas e muitas vezes, se contraporiam aos objetivos primários do MERCOSUL.

Ainda em 1994, surgiu a Área de Livre Comércio da América do Sul (ALCSA), que na verdade era uma associação dos países sul-americanos do Pacífico, criada para interagir comercialmente com o MERCOSUL (BARBOSA, 2006), em contraposição com o NAFTA. Em dezembro desse mesmo ano, foi firmado o Protocolo de Ouro Preto, que alterava o Tratado, dando personalidade jurídica ao MERCOSUL. Além da representação como Bloco nos organismos internacionais, o sistema de tomada de decisões seria intragovernamental, tornando-se necessária a incorporação das normas aprovadas no ordenamento jurídico de seus Estados-Membros (BANDEIRA, 2004, p. 444).

As divergências no campo comercial poderiam ser consideradas como o resultado de assimetrias diversas: geopolítica, no espaço territorial e na população; social, nos níveis de alfabetização e, principalmente, na distribuição de renda; econômico, o tamanho do mercado interno e no índice de industrialização; fiscal, com uma política totalmente desigual, enquanto o Brasil apresentava uma das mais altas cargas tributárias do mundo, o Uruguai sequer possuía imposto de renda de pessoa física.

Entretanto, entre 1995 e 1998, o nível de transações comerciais entre os Estados quase quadruplicou, um terço das exportações argentinas passou a ser destinada ao Brasil, que por sua vez constituiu-se no principal mercado de Uruguai e Paraguai. Na atuação como Bloco, as importações também quadruplicaram, porém as exportações não chegaram a dobrar, ocasionando um déficit proporcionalmente maior quando se considerava as transações de cada país (BANDEIRA, 2004, p. 446).

Nesse período, o Chile e a Bolívia, respectivamente em 1996 e 1997, celebraram acordos com o MERCOSUL, tornando-se parceiros do Bloco por meio dos chamados Acordos de Complementação Econômico (ASSOCIAÇÃO, 2006). No período 1999-2003, novos acontecimentos serviram para arrefecer os ânimos de quem apostava em um processo mais rápido de integração.

Logo ao início de 1999, o Presidente Fernando Henrique, iniciando novo mandato, procedeu a uma desvalorização do real cujas conseqüências foram desastrosas para as relações comerciais do Bloco.

No Paraguai, o Vice-Presidente da República foi assassinado finalizando um processo de tentativa de golpe de estado, patrocinado pelo General Lino Oviedo. Pressionado por Brasil e Argentina, que invocaram a “cláusula democrática”⁵ do Tratado, houve a renúncia de Raúl Cubas e a posse até o final do mandato em 2003, do Presidente do Congresso Luis Gonzalez Macchi (PARAGUAI, 2002, p. 469)

No mesmo período, na Argentina, assumiu o Governo o Presidente Fernando de la Rúa, com uma crise econômica sem precedentes. Em 1º de dezembro de 2001, o Governo promoveu o bloqueio de contas bancárias, proibiu o envio de capital para o exterior e estabeleceu uma quantia que pode ser movimentada semanalmente pela população do país. Essa decisão resultou em uma crise política de tal gravidade, culminando com a renúncia do Presidente de la Rúa em 21 de dezembro de 2001⁶.

Na Venezuela elegeram-se, via voto popular, Hugo Chávez. O Chile, ante as indefinições do Bloco buscou integrar-se ao NAFTA e na Bolívia, a Petróleos Brasileiros S.A. (PETROBRÁS) que iniciara, em 1995, um acordo com o Governo para exploração e comercialização de gás natural tornou-se a maior empresa boliviana.

O Brasil, que tinha passado pela crise cambial de 1999, suportou a pressão da crise argentina, porém os efeitos no Uruguai foram devastadores, graças à capilaridade quase total da economia dos dois países. Os quatro principais bancos estatais do Uruguai não resistiram à crise, que atingiu outras instituições financeiras, dentre elas o Banco do Brasil, que encerrou suas operações no país. Para completar o quadro econômico extremamente grave, o Uruguai sofreu o pior surto de febre aftosa, com enormes prejuízos ao seu comércio exterior. A crise da aftosa também atingiu o Rio Grande do Sul e parte da Argentina, porém o foco do problema ficou restrito aos departamentos uruguaios.

Como se não bastassem as complicações políticas e econômicas internas da Argentina e do Uruguai, tornando a economia desses países insolventes, em 11 de setembro de 2001, um ataque terrorista aos EUA causou imediata repercussão mundial, com influências diversas na política, economia, diplomacia e, sobretudo, na segurança internacional.

A perplexidade de todos com os acontecimentos nos EUA foi rapidamente substituída por uma certeza: os norte-americanos tinham poderes econômico e militar e iriam demonstrá-los com uma política agressiva e com poucos espaços para a negociação diplomática. Essa situação dominou o cenário mundial culminando com a invasão do

⁵ O Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no MERCOSUL (1998), cujo artigo 1º diz o seguinte: "A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo"

⁶ A partir dessa data, por cerca de um ano e meio, a Argentina terá quatro Presidentes interinos, culminando com a eleição e posse de Nestor Carlos Kirchner, em 25 de maio de 2003 (ARGENTINA, 2006).

Afeganistão e do Iraque e o estabelecimento de um novo conceito de segurança, proposto pelo Governo norte-americano.

Em 2003, com a chegada de Lula ao poder, houve uma mudança significativa na condução político-diplomática brasileira em relação à América do Sul. A política externa do Presidente Lula, além de contemplar a América Latina como prioridade no relacionamento internacional, com ênfase no MERCOSUL, diferiu sob vários aspectos da política exercida por seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, sobretudo pelo pragmatismo nos resultados a serem alcançados na economia (GONÇALVES, 2006, p. 2).

Quatro meses após a assunção de Lula foi a vez de Kirchner assumir a Presidência da Argentina. O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, adotou uma política de confrontação verbal com os EUA, iniciando um processo de aproximação maior com o MERCOSUL, apoiado naquele momento, tanto por Brasil, como Argentina.

Enquanto isso cresceu o descontentamento de Uruguai e Paraguai com as políticas internas dos demais sócios, em virtude da inevitável repercussão nos acordos comerciais. O Uruguai, com o Presidente Jorge Batlle, tentou estabelecer um acordo comercial bilateral com os EUA, que foi rechaçado pela própria oposição ao Governo no país.

Em 2004, a condução da política macroeconômica dos dois maiores parceiros do MERCOSUL foram diametralmente opostas. O Brasil seguiu na aplicação do Plano Real, aumentando os controles relativos a gastos públicos, com uma política de austeridade, honrando seus compromissos internacionais. Kirchner, na Argentina resolveu seguir o caminho da moratória e a renegociação unilateral da dívida externa, o que paralisou o fluxo de capital internacional para o país. Esse posicionamento desgastou ainda mais relacionamento do Bloco com os demais países ou blocos econômicos.

No Uruguai, o médico oncologista Tabaré Vasquez foi eleito Presidente da República pela coligação de esquerda Frente Ampla- Encontro Progressista, na primeira vez em mais de 140 anos que não chegaram ao poder os partidos tradicionalistas, Blanco e Colorado. Desde o primeiro momento, a economia era um assunto central do Governo Tabaré Vasquez, devido à situação financeira do país. Uma das propostas mais contundentes continuou sendo um acordo bilateral com os EUA.

Apesar das reclamações de caráter econômico por parte do Paraguai, o assunto predominante nos demais países do Bloco, seria a declaração de que os EUA estavam autorizados a manter no país um número considerável de assessores militares, fruto de um acordo político-militar com os EUA.

A situação macroeconômica em que se encontrava o MERCOSUL, para os

objetivos da política externa brasileira era extremamente grave. A orientação do Governo Lula era clara quanto aos resultados esperados, ou seja, ter a liderança do processo de integração, como forma de projetar o Brasil no cenário mundial. Porém, como equacionar o dilema que representava o sucesso comercial brasileiro com o fracasso político do Bloco?

Em 2005, esse contexto político-econômico se agravaria com a clara intenção dos EUA de, sem abandonar o projeto ALCA, impulsionar uma série de tratados comerciais bilaterais com os países latino-americanos. A antiga percepção norte-americana de que o grande oponente aos seus objetivos econômicos, no subcontinente, é o Brasil tornou-se cada vez mais real, na medida em que ambos os países são concorrentes, no caso de exportação, em diversos produtos, sobretudo os manufaturados.

No Anexo A, pode-se verificar a participação percentual das exportações brasileiras por bloco econômico e a importância do mercado latino-americano para o Brasil. Note-se que a exportação para os países do MERCOSUL e da ALADI, juntos, representam um quarto do comércio exterior, e se forem considerados somente os manufaturados fica demonstrado o forte competidor que representa o Brasil para os EUA.

Ainda em 2005, o grande entrave chamou-se Uruguai. Logo após a assunção de Tabaré Vasquez, várias questões comerciais geraram desentendimentos com seus parceiros no Bloco. Inicialmente com o Brasil, especificamente com o Estado do Rio Grande do Sul, um contencioso sobre exportação de arroz; em seguida, com o Bloco, a intenção de efetuar com os EUA um acordo comercial bilateral; e, finalmente, a questão mais grave, com a Argentina, que orbitou em torno da implantação de duas fábricas de celulose, na cidade de Fray Bentos, às margens do Rio Uruguai.

A Argentina apresentou denúncias de agressão ambiental e impôs restrições de ordem comercial, sobretudo no setor de turismo, na tentativa de impedir a construção das fábricas de celulose. Essa contenda, apesar de ainda não estar totalmente resolvida, não impediu o Uruguai de prosseguir com o projeto de suas fábricas.

Em 9 de dezembro, na XXVI Reunião de Cúpula, em Montevideu, a Venezuela na condição de Estado associado, propôs sua adesão ao Tratado como Membro pleno (FUNDAÇÃO, 2006). Aceita inicialmente pelos demais Estados-Membros, a decisão final, que dependia de uma série de obrigações a serem cumpridas pelo Estado solicitante, foi tomada em julho de 2006, alterando para cinco, o número de Membros plenos do MERCOSUL.

Por fim, em 2006, assumem o Poder na Bolívia e no Chile, Evo Morales e Michele Bachelet, respectivamente. A grande mudança ocorreu na Bolívia onde foi

consolidado um novo processo político sul-americano, com forte sentimento nacionalista e de caráter indígena, fenômeno classificado como pachamamismo⁷, em andamento no Peru e Equador, além da Venezuela, onde o Presidente Chávez se declarou o defensor sul-americano das populações autóctones(WEISSHEIMER, 2006).

Finalmente, tornou-se imperioso estabelecer os caminhos que conduzam às respostas para a pergunta formulada no primeiro parágrafo desse capítulo. O Governo brasileiro não pode tratar questões internas dos países sul-americanos como fatos sem importância no processo de integração regional. A ênfase dada a esse processo está perfeitamente definida em nossa Constituição, no parágrafo único do seu artigo quarto, quando estabelece que “será buscada a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina” (BRASIL, 2005a).

As assimetrias, com influência preponderante no contexto multilateral, não serão reduzidas a curto ou médio prazo. A hipótese de dissolução do Tratado é possível, se não forem criados mecanismos que estabeleçam regras de condução, claras e concisas, nos projetos de quaisquer naturezas.

A volatilidade dos temas comerciais centrados em economias frágeis é uma realidade. O MERCOSUL, ainda em um estágio de união aduaneira imperfeita, se fortaleceria indicando aos atores que interagem com o Bloco a disposição, tanto unilateral, como coletiva, de maturidade política e econômica.

Porém, os temas afetos à segurança e defesa, inseridos no parâmetro político-diplomático, não podem se tornar reféns do sucesso econômico do Bloco, sob pena de fracassar qualquer tentativa de integração militar regional.

3 FORÇAS ARMADAS, SEGURANÇA E DEFESA

A percepção pela sociedade dos países sul-americanos, que assuntos relativos à segurança e defesa poderiam afetar os interesses coletivos ou específicos de um Estado e que gerariam acordos nessa área foi sempre considerada em plano menor. Acredita-se que essa situação estava fundamentada na crença generalizada de que o subcontinente é uma das áreas do mundo com baixíssima intensidade de conflitos armados. Talvez não tenha ocorrido no âmbito do MERCOSUL algo similar à criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte⁸

⁷Movimentos indígenas latino-americanos que tentam reavivar suas mitologias primitivas. Na visão do indígena colombiano aymara, Policarpo Flores Apaza, autor do livro “El hombre que volvió a nacer”, Pachamama é a mãe-terra que brinda alimento para todos e com a qual temos perdido contato (SALAS, 2006).

⁸ A organização foi criada em 1949, no contexto da Guerra Fria, com o objetivo de constituir uma

(OTAN) pela simples razão da ausência de um conflito grave contra um inimigo comum externo.

Se o planejamento estratégico de uma região ou dos Governos pertencentes a um Bloco econômico não considerarem a proteção física de seus interesses, acredita-se que já exista uma falha na concepção de segurança da área considerada.

O TIAR, ainda em vigor, encontra-se totalmente defasado da realidade vivida pelo subcontinente, apesar de existirem conversações para incluir no Tratado temas atuais, como controle de armas e luta contra drogas (RODRÍGUEZ, 1998). A Argentina, que foi o único país a pedir o cumprimento do Tratado, por ocasião do Conflito das Malvinas, contra a Grã-Bretanha, teve seu posicionamento contestado pelos EUA, que consideravam as Malvinas território inglês, alegando que não se tratava de uma agressão ao continente e sim uma retomada das ilhas invadidas por ordem do Governo argentino.

No período compreendido entre a criação do TIAR e os dias de hoje, foram mínimas as ocorrências conflituosas envolvendo um ou mais Estados na América do Sul. Além do citado episódio das Malvinas em 1982, são dignos de registro os seguintes conflitos: Chile, Bolívia e Peru, de caráter tanto político, como jurídico, conseqüências da Guerra do Pacífico e latente nas relações desses países, sobretudo de Chile e Peru, que empreendem na região uma corrida armamentista peculiar; Argentina e Chile, pelo Canal de Beagle, em 1978, encerrado com a mediação do Vaticano; Equador e Peru, entre 1941 e 1998, encerrado com a mediação do Brasil e da OEA; conflitos fronteiriços da Venezuela com Colômbia e Guiana; e, finalmente, o conflito interno na Colômbia, entre Governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que por sua peculiaridade de união da guerrilha com o narcotráfico, tornou o país centro da instabilidade regional (TEIXEIRA, 2005).

A proposição inicial do MERCOSUL, centrada em economia, tornou o Bloco vulnerável às ameaças internacionais, na medida em que os acordos de caráter comercial têm indicado a possibilidade de sucesso e o mundo se dá conta do potencial, principalmente em recursos naturais da região.

Excetuando-se os conflitos, latentes ou não, no subcontinente, as ameaças até 11 de setembro de 2001 eram representadas pelos problemas sociais, narcotráfico e crimes de natureza transnacionais, notadamente lavagem de dinheiro. A partir do ataque terrorista aos EUA, o mundo iniciou um processo de instabilidade político-diplomática e a nova ameaça, o terrorismo, entrou na agenda de segurança mundial.

frente oposta ao bloco comunista, que, aliás, poucos anos depois lhe haveria de contrapor o Pacto de Varsóvia, aliança militar do leste europeu (OTAN, 2006).

Na América do Sul, as políticas de defesa de cada país, excetuando-se as peculiaridades intrínsecas de cada Estado, possuem um traço em comum: a presença das FA, como ator político na definição dessas políticas.

Para se traçar um possível perfil de integração militar no MERCOSUL é necessário ter uma noção de como os países estão enfrentando os problemas atuais de segurança e suas principais orientações sobre defesa, a partir do retorno à normalidade democrática, o que faz existir uma pequena diferença sob o efeito temporal.

1.1 Argentina

Dentre as transições dos governos militares para civis, na década de 80, foi na Argentina que o processo foi mais traumático. Esse processo, ocorrido em 1983, foi classificado como uma transição por colapso devido à implosão do regime militar, como consequência da derrota nas Malvinas (SAIN, 2000, p. 24).

Nos períodos dos Governos Alfonsín (1983-89) e Menen (1989-98) houve uma necessidade de afirmação do poder civil sobre os militares. Entretanto, do ponto de vista de relacionamento com as FA existem diferenças importantes. Para Alfonsín restou uma difícil negociação sobre o papel político dos militares, a resolução de casos de violação dos direitos humanos, renovação dos chefes militares e até mesmo, enfrentamento de rebeliões de setores do Exército, ao final de seu Governo, em 1988. Porém, o registro significativo desse Governo foi a redução do orçamento das FA, de 3,47% do PIB para 2, 12%, em cinco anos, sem as necessárias medidas de adaptação das atividades militares aos novos valores financeiros (SAIN, 2000, p. 34-35).

No Governo Menem, vários acontecimentos de caráter político-diplomático foram relevantes. Por ocasião da Guerra do Golfo foi adotada uma postura aliada com os EUA, chegando a enviar dois navios para a área do Golfo Pérsico e aumentou o envio tropas para participarem de Forças de Paz da ONU. Por fim, quase ao final de seu Governo solicitou aos EUA, o que já foi concedido, o título de Grande Aliado Extra-OTAN dos EUA, que na verdade está mais associado a participação em projetos ligados à defesa. Esse último ato teve repercussão política no MERCOSUL, quando o Presidente Fernando Henrique perguntou quais eram os inimigos que a Argentina iria combater (BANDEIRA, 2004, p. 453).

Porém duas ações internas, que refletem negativamente até os dias de hoje, foram tomadas por Menem, e que por fazerem parte de uma política maior de reestruturação das FA deixaram de ter a atenção devida quanto ao futuro das Forças. A primeira, de caráter

financeiro, foi a redução do orçamento das FA em 1994 para 1,74 do PIB e a segunda, a instituição do serviço militar optativo.

A política atual do Ministério da Defesa (MD) argentino contemplou o conceito estratégico da dissuasão⁹ e uma orientação defensiva¹⁰, coerente com a situação sul-americana no que tange a resolução de conflitos pela via diplomática. Essa política mantém uma estreita ligação com a política exterior e defende uma integração entre as FA no MERCOSUL (COSTA, 2006, f. 85).

3.2 Uruguai

O regime militar foi instalado em 1973 e a transição se iniciou por volta de 1980, tendo como ponto chave uma reunião no Clube Naval, em 1984, onde se firmou um acordo, chamada de Pacto do Clube Naval, entre os militares e os Partidos Colorado e da Frente-Ampla. O tradicional Partido Blanco não participou da reunião (CHIRICO, 2000, p. 188).

Tão logo o Presidente Julio Sanguinetti assumiu o poder em 1985, o país pareceu ter voltado à normalidade. O grupo mais famoso de radicais uruguaios, os tupamaros, se filiou ao Partido da Frente-Ampla, uma grande coalizão de esquerda e os militares se distribuíram entre os Partidos tradicionais, Blanco e Colorado. Durante o período 1985-2004, as alterações político-legislativas em relação às FA não foram substanciais. O Presidente Sanguinetti, do Partido Colorado, governou por dois períodos, 1985-1990 e 1995-2000, em sintonia com os chefes militares. Entre 1990 e 1995, no Governo de Luis Alberto Lacalle, Senador do Partido Blanco, o Governo teve importante participação na condução de crises entre militares e políticos, notadamente os ex-tupamaros no Partido da Frente Ampla, e na inserção das FA em missões de manutenção de paz da ONU. E, como uma regra no MERCOSUL, ocorreu uma redução no orçamento do MD de 3,49% do PIB, para aproximadamente, 1,88% (CHIRICO, 2000, p. 200). Por ocasião do Governo de Jorge Batlle, entre 2000 e 2005, o orçamento destinado ao MD foi prejudicado em função dos graves problemas financeiros ocorridos no país.

Com a chegada de Tabaré Vázquez ao poder, em 2005, várias questões relativas ao regime militar, que não foram resolvidas nos vinte anos subseqüentes, por atuação dos militares junto ao Poder Legislativo, foram priorizados no programa político do novo Governo. O mais importante desses temas foi o dos desaparecidos políticos. Ao final de 2005,

⁹ A dissuasão implica em impor ao inimigo, em caso de ataque, custos inaceitáveis ante uma defesa vigorosa (CAVAGNARI FILHO, 2001, p. 11).

¹⁰“Se suas forças forem inferiores seja hábil em tomar a defensiva” (ESTRATAGEMAS, 2006)

o assunto estava parcialmente resolvido com a descoberta do paradeiro desses indivíduos e o início dos processos judiciais contra os possíveis culpados.

A política atual do MD uruguaio privilegia a participação do país em missões de paz da ONU. Cerca de 20% do efetivo das FA está envolvido nessa atividade, estando as maiores quantidades de tropas no Congo e no Haiti.

As atividades subsidiárias das FA estabelecidas em lei, são bastante diversificadas. Elas compreendem, dentre outras, combate ao narcotráfico, controle de fronteiras, combate a incêndios florestais e até a organização do serviço de salva-vidas nas praias, efetuado pela Prefeitura Naval, organização pertencente à Armada.

A visão política uruguaia para sua defesa territorial tende a uma postura dissuasiva, defensiva e de integração, tendo como pressuposto um orçamento modesto tendo em vista a proximidade de seus dois grandes vizinhos, Argentina e Brasil.

3.3 Bolívia

A conturbada situação política até 1982, ano da restauração da democracia, foi marcada por diversos golpes e contragolpes sempre com a participação ativa das FA. Até mesmo no chamado período de transição, entre 1978 e 1982, ocorreu um dos mais sangrentos golpes militares, liderados pelo General García Meza (QUINTANA, 2000, p. 57).

Com acusações de envolvimento com o narcotráfico e um forte apoio dos EUA aos opositores do regime, a Bolívia seria o primeiro dos países do Cone Sul a retomar o caminho democrático, com a eleição de Hérnan Siles Zuazo à Presidência da República, para um mandato de quatro anos. Durante todo o período pós-regime militar, de 1982 a 2005, o MD boliviano teve seus recursos reduzidos e evidenciou um antigo problema de ordem cultural, que é a indiferença da sociedade com os temas relativos à defesa (QUINTANA, 2000, p. 60). Na prática, observou-se que somente as FA deram importância a necessidade de um pensamento estratégico para o país. Em meados da década de 90, durante o Governo do Presidente Sánchez de Lozada, as FA sofreram uma reorientação nas suas tarefas engajando-se no combate ao narcotráfico, conservação do meio ambiente, participação em missões de paz da ONU e combate à pobreza, sobretudo por meio de alistamento militar. Essa foi uma forma de manter-se atuante e uma tentativa de mostra-se útil à população (QUINTANA, 2004, p. 88).

Durante todo o período de 1998 a 2005, as FFAA mantiveram-se no cumprimento de suas atribuições constitucionais e vislumbravam com a associação da Bolívia

ao MERCOSUL uma oportunidade de integração nos efetivos de força de paz e colaboração em assuntos técnicos militares.

Com a chegada de Evo Morales ao poder, em janeiro de 2006, novamente a situação política, principalmente a externa, tornou-se imprevisível. Eleito com um apelo nacionalista e voltado para o resgate da cultura indígena, Morales vem cumprindo as promessas de campanha, desapropriando as empresas internacionais do setor energético boliviano, entre elas a PETROBRÁS. Iniciou também, um complexo processo de reforma agrária envolvendo as faixas fronteiriças com o Brasil, Argentina e Paraguai e convocou uma Assembléia Nacional Constituinte, para início de julho de 2006, com o propósito de dar ao país uma nova Constituição baseada em suas promessas de campanha. As FA, aparentemente unidas a Morales e chamadas agora de “guardiões” das riquezas bolivianas, tendem a ser novamente inseridas como atores importantes na política interna do país.

3.4 Paraguai

A transição no Paraguai iniciou-se em 1998, com disputas internas para a sucessão do General Stroessener, no poder desde 1954. De todas as transições democráticas no Cone Sul, foi a única que se iniciou por um golpe de Estado.

O General Andrés Rodríguez chegou ao poder em 3 de fevereiro de 1989, com a seguinte agenda: recuperação da dignidade das FA, reunificação total do coloradismo no governo, início de um processo de redemocratização, respeito aos direitos humanos e respeito à religião católica (MARTINI, 2000, p. 162).

Deu-se início, então, a um processo de transição que culminou com a eleição para o período 1993-1998 de Juan Carlos Wasmosy Monti, o primeiro eleito democraticamente desde a independência do país em 1811. O Governo de Wasmosy complicou-se logo de início ao designar para o Comando do Exército, o General Lino Oviedo. Em 1996 e 1997, o General originou crises políticas que culminaram com o assassinato de Luís Maria Argaña, Vice-Presidente de Raúl Cubas, eleito em 1998 e obrigado a renunciar em 1999, por conta desse episódio (MARTINI, 2004, p. 171). Da renúncia do Presidente Cubas até 2003, assumiu a Presidência, o Presidente do Congresso Nacional Luiz Macchi que transmitiu o cargo a Nicanor Duarte Freitas, atual Presidente.

Nesses quinze anos de democracia, as FA paraguaias procuraram espaço para agir realmente como instrumento de defesa. Porém a conjugação político-econômica tornou esse processo inviável, em face de deteriorização dos modestos equipamentos bélicos do país.

A política de defesa, voltada para uma estratégia de dissuasão e resistência com entendimentos positivos junto às demais FA da região, sofreu uma reviravolta, em maio de 2005. O Governo autorizou a presença de 400 militares americanos em seu território, com imunidade e status diplomático, para realização de exercícios na área do Chaco, onde se localiza o aeroporto Mariscal Estigarribia, com capacidade para receber aviões com grande capacidade de carga (OS MARINES, 2005).

As conseqüências desse fato somente serão conhecidas no futuro e somente dessa forma poderão ser confirmadas as explicações dadas pelo Paraguai e EUA para esse acordo militar.

3.5 Chile

Após quinze anos de Governo (1973-1988), o General Pinochet convocou um plebiscito para referendar seu projeto político. O que parecia ser mais um artifício criado para manter os militares no poder foi desarticulado, com a vitória da oposição e a conseqüente convocação de eleições gerais em 1989.

Iniciou-se, então, uma transição que se encerrou com a posse de Patricio Aylwin, em março de 1990, com um mandato até 1994, sendo sucedido por Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000). O nome dado ao período desses dois governos do Chile tem sido *Concertación*, que pode ser considerado como o verdadeiro período de transição, onde se processou a normalização das instituições democráticas, além do necessário entendimento entre militares e civis (ARAVENA, 2004, p.135). Durante todo esse processo esteve onipresente a figura do General Pinochet, primeiro como Comandante-em-Chefe do Exército, até 1998 e posteriormente como Senador vitalício.

O importante é ressaltar que a economia chilena passou por um momento de transformação adaptando-se a nova realidade mundial, sem que tenha ocorrido um distanciamento dos militares do processo político. Esse posicionamento pode ser exemplificado com a manutenção da Lei do Cobre, que tem destinado 10% dos impostos arrecadados com a venda do cobre chileno para as FA, sem estar computado no orçamento do MD. (COMPRAS, 2006)

O *Libro de la Defensa Nacional de Chile*, publicado em 1997 e reeditado em 2003, no Governo de Ricardo Lagos, tendo como Ministra da Defesa, a atual Presidente do Chile, Michelle Bachelet, estabelece toda a política de defesa do país. No seu capítulo três, denominado Setor Defesa e Políticas Internacionais apresenta os aspectos gerais que regem

esse relacionamento (CHILE, 2003, p. 92-105).

Os principais pontos nessa política são: participação em operações de paz; medidas de confiança mútua, em especial com a Argentina e o Perú; Instrumentos de Cooperação e Entendimento, onde se incluem os Grupos de Trabalho Bilateral de Defesa (GTDB); e incentivo à Política sobre Desminagem Humanitária.

3.6 Brasil

Os primeiros indícios de transição no Brasil do regime militar para o poder civil ocorreram politicamente no Governo do Presidente Geisel (1974-1978) sendo conduzido de forma “lenta, gradual e segura¹¹”. Nos dez anos seguintes, na gestão dos Governos do Presidente Figueiredo (1979-1985) e Sarney (1985-1990), houve a promulgação de uma nova Constituição em 1988 e eleições gerais para Presidente da República, em 1989.

No conturbado período do Governo Collor de Mello, entre 1990 e 1992 ocorreu um fato significativo no relacionamento com os militares. Collor extinguiu o Serviço Nacional de Informações (SNI), criando a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), cujo primeiro Secretário foi um civil. Somente no Governo Fernando Henrique, com a desvinculação da Subsecretaria de Inteligência da SAE, que foi transferida para a subordinação da Casa Militar da Presidência da República, a orientação da Inteligência nacional voltou ao controle dos militares (ZAVERRUCHA, 2005, p.62).

A criação do MD esteve em discussão na elaboração da Carta de 1988 e sofreu as mais variadas pressões, sob a forma de estudos necessários para a definição do novo papel das FA relativos à segurança e defesa. Enfim, ao início do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique, assumiu como Ministro Extraordinário da Defesa, o Senador Élcio Alvarez, com a tarefa de implantar o novo ministério, o que ocorre em 10 de junho de 1999 (ZAVERRUCHA, 2005, p. 217)

Nos últimos sete anos, os avanços na consolidação do MD foram consideráveis. Os exercícios combinados entre as três Forças passaram de um caráter experimental para um nível de avaliação de doutrinas e procedimentos das ações de comando e controle. No campo acadêmico, a iniciativa do MD de promover um ciclo de debates, em 2003, chamado de “Pensamento Brasileiro sobre Defesa e Segurança” (BRASIL, 2003) propiciou uma variada exposição de temas afetos a essa área que contribuíram para a formulação de

¹¹ O Presidente Geisel, em 29 de agosto de 1974, no discurso aos dirigentes da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) citou um “processo de lenta, gradativa e segura distensão” (GEISEL, 1974).

uma Política de Defesa Nacional (PDN), finalmente aprovada em junho de 2005 (BRASIL, 2005b).

A PDN torna-se assim o principal documento de orientação político-estratégica para a condução dos assuntos relativos à segurança e defesa, onde encontramos inclusive a definição de ambos os termos¹² sob a ótica do Governo brasileiro.

Dessa forma, deve-se registrar que as orientações da PDN não são orientações para as FA e sim, um documento que é o resultado dos anseios da sociedade brasileira em possuir normas claras e precisas que norteiem a estratégia de segurança e defesa do país.

3.5 Venezuela

A Venezuela, historicamente um aliado norte-americano, vive uma situação democrática desde 1958. As ocorrências de crises militares, das mais diversas origens, foram resolvidas pelos Governos, dentro do espectro político-institucional (GALL, 1973). Em 1992, uma tentativa de golpe em 1992, pelo então Tenente-Coronel Hugo Chávez contra o Governo de Carlos Andrés Pérez foi sufocada, encerrando com a prisão dos envolvidos. Transferido para a reserva, Hugo Chávez fundou o Movimento V República e consegue eleger-se democraticamente nas eleições gerais de 1998 iniciando um polêmico programa de reformas que faziam parte da plataforma do Partido. (CHÁVEZ, 2006).

Ao assumir, convocou uma Assembléia Constituinte que, ao promulgar a constituição, em seu artigo primeiro, mudou o nome do país para República Bolivariana da Venezuela (VENEZUELA, 1999). Essa atitude poderia fazer parte do folclore político sul-americano, entretanto, quando o posicionamento político de Chávez e suas propostas começaram a provocar os EUA e influenciar outros países sul-americanos, sobretudo Bolívia e Perú, a geopolítica da região se tornou problemática.

Dentre essas propostas, a Venezuela solicitou oficialmente seu ingresso no MERCOSUL em dezembro de 2005 e a decisão do Bloco em aceitá-la como Membro pleno foi aceita em julho de 2006. Todos os analistas políticos são unânimes em afirmar que, no futuro, as atitudes do Presidente Chávez podem complicar as difíceis negociações internas

¹² Para efeito da Política de Defesa Nacional, são adotados os seguintes conceitos:

I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais;

II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas(BRASIL, 2005b, p. 5).

para o fortalecimento do Bloco.

Na área de defesa a Venezuela anunciou um plano estratégico de suas FA, com um volume de compras muito alto, se comparado aos demais países da região. Contrariando frontalmente as pretensões estratégicas dos EUA para a América do Sul, o país adquiriu material na Rússia, Espanha, China e Brasil, sob forte pressão dos norte-americanos para que esses países não negociassem com Chávez (TEIXEIRA, 2005)

Qualquer previsão dos acontecimentos futuros envolvendo o “quinto elemento”¹³ será um perigoso exercício de futurologia. A orientação político-diplomática do MERCOSUL trata o assunto dentro da orientação econômica do Bloco, apresentando números extremamente positivos no setor de energia, com a associação da Venezuela. Pouco se fala das desavenças político-estratégicas que acompanham Chávez, e que, até o presente momento, não tem permeado as relações entre MERCOSUL e os EUA, ainda o maior parceiro econômico do Bloco (OLIVEIRA E., 2006).

De forma semelhante ao que se passa no processo econômico, as assimetrias também estão presentes entre as FA, entretanto, no âmbito do Tratado, nos últimos 15 anos, apenas dois conflitos bilaterais foram identificados: entre Chile e Bolívia, parte de todo um processo histórico e o mais recente de todos, entre Argentina e Uruguai, envolvendo o caso das fábricas de celulose, estando o processo bem conduzido pela via diplomática.

A ocorrência de conflitos entre os integrantes do Bloco e outros países do subcontinente, como Chile e Perú, Bolívia e Perú, não representam uma ameaça à paz, uma vez que os esforços para negociações pacíficas estão também na esfera diplomática.

Os casos mais preocupantes envolvem a Argentina e o novo Membro, a Venezuela. O Presidente Kirchner insiste em reabrir a questão das Malvinas, em nível diplomático. Não se imagina qualquer ação bélica por parte das FA argentinas sobre as ilhas reclamadas. E ao norte do subcontinente, o Presidente Chávez tem interferido em assuntos internos da Colômbia, do Peru e do Equador, expondo-se de forma imprópria a um Chefe de Estado que agora fará parte do MERCOSUL.

Na identificação de problemas relativos à segurança e defesa, três deles são comuns: a redução dos orçamentos, a necessidade de valorização das FA perante a sociedade e a oportunidade de desenvolvimento de projetos indústrias comuns, de natureza militar, como forma de se aumentar a demanda de investimentos estatais ou privados.

¹³ Nome dado pela jornalista Eliane Oliveira, em reportagem do Jornal “ O GLOBO” por ser a Venezuela o quinto Membro pleno do MERCOSUL comparando a situação ao título do filme norte-americano de ficção “O Quinto Elemento”, que no enredo, a aparição de um “quinto elemento” causa problemas inesperados à uma situação que parecia sobre controle.

A redução dos orçamentos não é um fenômeno exclusivo do Cone Sul. Verificando-se o Anexo B, observa-se que houve uma redução geral nos orçamentos militares na América do Sul, exceto na Colômbia e no Equador, que receberam subsídios do Governo americano para a composição de seus orçamentos de defesa.

Pode-se, então, deduzir que as FFAA do MERCOSUL possuem políticas de segurança e defesa com características defensivas e dissuasórias, estando plenamente de acordo na participação de missões de paz da ONU. O estabelecimento de mecanismos de cooperação, tanto nas atividades profissionais, como nas subsidiárias, principalmente no desenvolvimento de uma indústria militar, representariam de fato, uma integração regional.

4 INFLUÊNCIAS EXTRA-REGIONAIS

Para algumas regiões do planeta se tem a impressão que o tempo parou. Entende-se essa visão como pessimista. Talvez, para essas mesmas regiões, ainda não tenha chegado o seu tempo e, nesse caso, se pode escolher entre uma visão otimista (o tempo chegará) ou realista (o tempo foi impedido de chegar). A terceira opção normalmente deixa de ser considerada, porque significaria o fracasso da região. Estima-se que o tempo veio, permaneceu e se foi. E assim, corre-se para recuperar o tempo.

Nesse contexto, também não se discute a primeira opção para a América do Sul. Acredita-se que para uns poucos países do subcontinente, realmente não tenha chegado o seu tempo, porém, para a maioria, existe certo imobilismo, que, seja inerente ou provocado, tornou-se uma das causas do descompasso econômico, político, social e cultural entre

colonizados e colonizador.

Quando foram criados os primeiros blocos econômicos acreditava-se na participação igualitária ou proporcional de seus integrantes, com regras definidas e garantias de apoio mútuo. Pensava-se que o colonizador já não se achava dono das antigas ex-colônias, que por sua vez pensavam que teriam direitos e voz. Porém, ainda há que se explicar ao dono, que o dono não é dono da voz¹⁴.

Dessa forma, diversos atores são causadores de influências extra-regionais na tentativa de tornar o MERCOSUL inexequível. Sob o ponto de vista político-econômico se podem enumerar causas perfeitamente compreensíveis, porém por que tais atores desejariam o fim do Tratado?

Os principais interessados nas atividades ou conquistas do MERCOSUL são os EUA, a UE e um conjunto de países ou organizações, que se pode classificar de “Outros”, onde se inclui a Rússia e a China. Assim sendo, serão apresentadas possíveis causas para esses conflitos de interesse e as influências sobre o Bloco.

4.1 Estados Unidos da América

A importância dos EUA na organização da sociedade sul-americana faz parte de um longo processo histórico que até a Grande Guerra poderia ser dividida em capítulos por países. A partir da década de vinte, com a transformação da nação norte-americana em potência mundial, tem se observado, mesmo com a prática de políticas bilaterais, um aumento de medidas iguais para países em situações econômicas, políticas ou sociais diferentes. A idéia de que do México para baixo éramos todos iguais não era uma peça de retórica.

Após a II Guerra Mundial começaram os problemas de ordem ideológica, que se transferiram à política e conseqüentemente à economia.

Os países da América do Sul têm uma longa tradição, que ainda hoje é mantida, de seguir os costumes sócio-políticos dos europeus, principalmente da França, Itália, Espanha, Portugal e Alemanha. As influências desses países nos cidadãos sul-americanos, causada pela quantidade de imigrantes e pela própria valorização das próprias origens, não foram suficientes para impedir a profunda inserção dos valores norte-americanos nas sociedades, baseados nas teorias clássicas do capitalismo, aliado ao *american way of life*¹⁵.

Em toda a América Latina, os EUA conseguiram estabelecer regimes militares

¹⁴ Baseado na letra da canção “A voz do dono e o dono da voz”, de Chico Buarque de Holanda (HOLANDA, 1981).

¹⁵ Em inglês, estilo americano de vida.

pró-Washington, políticas econômicas desenvolvimentistas baseadas, muitas vezes, na condição do país ser conhecido pela monocultura agrícola.

A influência militar era onipresente. Com a criação da Junta Interamericana de Defesa (JID), um subproduto do TIAR, os acordos bilaterais de ajuda militar contra a poderosa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) impediam o desenvolvimento de qualquer produto militar autóctone.

A intransigência norte-americana em não transferir tecnologia aos países em desenvolvimento, levou o Brasil e a Argentina a desenvolverem um programa nuclear a revelia dos EUA. A esse fato, se juntou a busca por material bélico na Europa. O Brasil iniciou a construção de fragatas na Inglaterra e a Argentina comprou fragatas da Alemanha, além dos demais países do subcontinente, que entre outras aquisições, compraram armamento francês, sueco, italiano e israelense.

É importante levar-se em conta a mudança de rumos na política americana. Com a chegada do Presidente Carter, seu Governo iniciou uma forte pressão em favor dos direitos humanos e paradoxalmente, na América do Sul, com exceção da Venezuela, todos os países estavam sob regime militar incentivados pelo EUA. Em 1977, o Presidente Geisel denunciou o acordo Militar Brasil-EUA, em vigor desde 1952 (BANDEIRA, 2004, p. 386).

Com a chegada de Ronald Reagan ao poder, em 1981, os EUA adotaram uma postura agressiva em relação à URSS, no tocante à corrida armamentista. A crise financeira mundial também afetou os EUA, porém a política econômica austera do Governo Reagan, que ficou conhecida mundialmente como *reaganomics*, consistia em aplicar a frase de efeito do seu discurso de posse: “O Estado não é a solução, é o problema” (ATTUCH, 2004). Iniciava assim, pela economia, a derrocada do império soviético.

A partir da década de noventa, com o início das atividades dos blocos econômicos, os interesses norte-americanos vão sendo cada vez mais contrariados no subcontinente. Apesar de ser a potência militar hegemônica, a economia tem reagido de forma distinta, com a entrada de novos atores com poder de barganha, no cenário internacional. Os principais problemas enfrentados pelos EUA na América do Sul, na década de noventa foram os seguintes: criação do MERCOSUL; crises econômicas no Brasil e na Argentina; discordâncias em política nuclear; narcotráfico; ALCA X MERCOSUL; abertura do mercado chinês; situação interna da Colômbia; e, mudanças de política governamental na Venezuela.

No caso dos programas nucleares, brasileiro e argentino, foi encontrada uma solução, com o acordo com a ABACC e a AEIA. Porém, o caso Colômbia que se iniciou com um grupo guerrilheiro denominado Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)

tentando a tomada do poder, teve outra orientação depois que o grupo se associou ao narcotráfico e, mais adiante, aumentou a gravidade do problema, com o Governo americano designando-os como terroristas.

Os verdadeiros terroristas apareceram de forma trágica em 11 de setembro de 2001. George W. Bush, que havia assumido em 20 de janeiro de 2001 (SILVINO, 2004), iniciou um conjunto de procedimentos denominados de “Guerra contra o Terrorismo”, envolvendo mudanças na política de segurança dos EUA, com fortes implicações nas leis que regem o direito internacional. A invasão do Afeganistão em 7 de outubro de 2001 (AFEGANISTÃO, 2006), passado menos de um mês do atentado às torres em Nova York, demonstrou a intenção norte-americana de mostrar ao mundo o poder militar que possuía.

Entretanto, a discussão não foi polarizada em torno das invasões do Afeganistão, e no ano seguinte, do Iraque. O intenso debate jurídico internacional foi causado pela divulgação, em setembro de 2002, do documento *The National Security Strategy of the United States of América (NSS)*¹⁶, onde estaria estabelecida a intenção dos EUA de atacar um Estado, baseando-se nas informações que o mesmo estivesse favorecendo práticas terroristas no mundo. É o que se chamou de guerra preemptiva¹⁷.

Como exemplo para a América do Sul, os EUA fizeram um esforço contínuo para que Brasil, Perú, Panamá e Venezuela se envolvessem diretamente na luta interna da Colômbia, com a intenção de transformar seu Plano Colômbia em Plano das Américas (TEIXEIRA, 2005). Como o Presidente Chávez se negou a participar dizendo que há uma saída política para o assunto, Bush tem acusado Chaves de estar conivente com o terrorismo internacional, representado pelas FARC. Ou seja, a lei descrita no parágrafo anterior poderia ser aplicada no caso venezuelano.

Ainda no continente, os EUA denunciaram que elementos ligados a grupos terroristas estavam utilizando a cidade brasileira de Foz do Iguaçu, fronteira à argentina Puerto Iguazu, na região conhecida como Tríplice Fronteira para ações preparatórias de atos terroristas, o que foi negado pelos Governos de Argentina, Brasil e Paraguai (TERRORISMO, 2006).

Os motivos apresentados de forma reduzida dão idéia da importância da região para os EUA, na medida em que os norte-americanos, como parte de um processo histórico, sempre consideraram a América do Sul com um território sob sua responsabilidade e não

¹⁶ Em português, A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América (EUA, 2002).

¹⁷ Guerra preemptiva – trata-se de reconhecer a possibilidade de um ataque iminente, visando reduzir o potencial bélico do inimigo, de quem é retirado o elemento surpresa, baseando-se largamente em sistemas sofisticados de informação e alerta prévio, subordinando-se, portanto, a um amplo sistema de inteligência (GUERRA PREEMPTIVA, 2004)

estão dispostos a abandonar a região baseados em preceitos que funcionam bem, no interior de seu país, como liberdade e democracia, porém com uma aplicação em política externa distinta da interpretação em seu território.

4.2 União Européia

A importância dos europeus na formação do *ethos* sul-americano é um componente decisivo para o entendimento de questões atuais que afligem o subcontinente.

Os países do Cone Sul nos seus processos de formação nacional, no século XIX, foram fortemente influenciados pelas nações européias como um todo. Economia, cultura, política e costumes sociais eram copiados e atingiam um grau bastante acentuado pela chegada de imigrantes ou pela necessidade de formação acadêmica dos sul-americanos, que buscavam o Velho Continente¹⁸ para realizar formação acadêmica.

Entretanto, essa influência sempre provocou ambigüidades nas decisões de política interna e, principalmente, no relacionamento externo. Esse ponto de vista pôde ser facilmente demonstrado, quando os Governos sul-americanos, ao longo da história, foram submetidos a questões políticas ou econômicas e as respostas se pautaram por indecisões ou demoras nos pronunciamentos que, sem ser de forma clara e objetiva, muitas vezes se transformaram em entraves diplomáticos.

Nesse aspecto, em maio de 2006 visitando o Brasil, o Presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso declarou: “Alguns países vêm pedir abertura para a Europa, quando não conseguem se abrir uns para os outros. O MERCOSUL não atingiu o ponto ótimo de institucionalização” (OSWALD, 2006, p. 18). A declaração do Chefe Executivo da UE além de expor os problemas por que passa o processo de integração regional, confirmou, de certo modo, a herança cultural européia. A declaração de José Barroso, todavia não mencionou os interesses europeus na região. Apesar de importantes diferenças de relacionamento, quando comparada com os EUA, notadamente na presença de tropas norte-americanas no subcontinente, a UE possui interesses econômicos em toda a América Latina, que a tornaram na última década, o principal parceiro comercial do MERCOSUL, como demonstra o Anexo A.

O Bloco europeu atualmente composto por 25 países¹⁹ possui um conceito de

¹⁸ Uma das formas de designação da Europa (EUROPA, 2006).

¹⁹ Alemanha, França, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Reino Unido, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Espanha, Portugal, Suécia, República Checa, Chipre, Eslováquia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta e Polônia (UE, 2006).

supranacionalidade único no mundo e que não envolve simplesmente uma moeda comum: o euro. A existência da Comissão Europeia, da Corte de Justiça e do Conselho de Ministros confere a UE dispositivos intergovernamentais que, na prática, vêm exercendo uma espécie de soberania comunitária (MEDEIROS, 2002, p. 10). Esse fator, aliado aos antigos acordos bilaterais existentes entre os países componentes do MERCOSUL e os da UE, poderiam contribuir para uma relação diplomática mais sólida e eficaz entre os Blocos.

Entretanto, o fenômeno do protecionismo estatal ou multilateral, em se tratando de blocos econômicos, tem determinado o andamento de negociações da OMC, sobretudo por parte da UE. O protecionismo, no tocante a subsídios agrícolas, tem sido o principal tema de controvérsias na Rodada de Doha, do GATT, iniciada em novembro de 2001, visando um acordo entre os 149 membros da OMC para a liberalização do comércio mundial, principalmente no tocante a diminuição das barreiras comerciais no mundo (DOHA, 2006).

Antes de chegarmos a essa situação de negociações globalizadas do comércio mundial, os países europeus foram os principais beneficiados com a procura dos componentes do Cone Sul por outros mercados, significativamente o de armamentos, na década de setenta. Fragatas inglesas, submarinos e fragatas alemães, material bélico holandês, francês, italiano ou belga fazem parte do armamento extremamente diversificado das FA sul-americanas.

Os vínculos militares entre europeus e sul-americanos que, por negociações político-diplomáticas incluíram transferência de tecnologia de defesa, foram fundamentais em tornar os países europeus importantes parceiros comerciais.

Deve-se ressaltar, do lado europeu, que o comércio de material de defesa é uma pequena parcela no total das transações comerciais, onde se destacam os setores de serviços (bancos e empresas de telefonia) e manufaturados em geral. Para o subcontinente, apesar do aumento nas exportações de manufaturados brasileiros, o Bloco ainda apresenta seu melhor desempenho no setor agrícola, exatamente o ponto-chave do protecionismo europeu.

Outras questões se impõem quando falamos de interesses da UE no Cone Sul. Em primeiro lugar, devido ao apoio de países europeus integrantes da UE, à política anti-terrorista dos EUA, Espanha e Reino Unido foram alvos de ataques terroristas, em represália ao envio de tropas para o Iraque. Nesse contexto, mesmo os países que costumeiramente tem discordado das ações norte-americanas, como a França, tornaram-se cautelosos no tratamento de assuntos que afetem a segurança regional europeia. Outro ponto de preocupação constante dos europeus é o meio-ambiente. Distintamente dos norte-americanos, todos os países pertencentes à UE são signatários do Protocolo de Kyoto²⁰ e vêm na região sul-americana,

²⁰ Conferência internacional para reduzir a concentração dos gases de efeito estufa, realizado na cidade de Kyoto

notadamente a Amazônia, o maior depositário de reservas ambientais do planeta.

Trata-se, portanto, de um ator internacional qualificado e com grandes interesses na região, na medida em que os históricos laços culturais e inúmeras vezes, modelo de condução política e diplomática, somados à forte integração comercial conseguem tornar a UE, um aliado estratégico no relacionamento externo do MERCOSUL.

4.3 Outros Atores

A escolha para uma breve análise de outros países ou blocos que poderiam interagir com o MERCOSUL não fica restrita ao poder econômico ou a capacidade do próprio Bloco de se impor sobre concorrentes menos favorecidos. A conjuntura internacional prevalece como fator determinante para que se possa determinar a importância no relacionamento extra-regional.

Nesse contexto, após a discussão dos interesses dos EUA e da UE, dentre os principais atores a serem considerados encontra-se o Japão, outros blocos econômicos e os países emergentes, sobretudo o chamado grupo BRIC²¹ (iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China), excetuando-se o Brasil.

O Japão, classificada como a segunda economia do mundo, com uma Renda Nacional Bruta (RNB) de quase cinco bilhões de dólares (BANCO MUNDIAL, 2006), exerce um papel fundamental no equilíbrio geopolítico do Sudeste Asiático participando ativamente das negociações político-diplomáticas sobre segurança e defesa, meio-ambiente, mercados asiáticos e, naturalmente, economia. O relacionamento com o MERCOSUL é orientado pela experiência do comércio com o Brasil, país onde se encontra a maior colônia japonesa no exterior (MIGRAÇÃO, 2000). Os acordos comerciais que sempre foram significativos alcançaram uma dimensão especial, com a escolha em junho de 2006, do sistema japonês de televisão digital para tornar-se o padrão brasileiro, que pretende levá-lo a todo o MERCOSUL (COMISSÃO, 2006).

Entretanto, o Japão não está diretamente associado a blocos econômicos e direciona sua política externa, priorizando o entendimento político-econômico, por meio de relações comerciais bilaterais.

Entre os blocos econômicos, dirigem-se as atenções para os aspectos político-econômicos nos seus relacionamentos com o MERCOSUL, não havendo uma preocupação

(Japão) em 1979. O protocolo, finalmente assinado por mais de 154 países, 1992, entrou em vigor em 1994, quando o 55º país o ratificou (YOSHIDA, 2005).

²¹ Definição dada às economias dos países emergentes que poderão se tornar a maior força econômica mundial, baseada em projeção demográfica, acumulação de capital e crescimento de produtividade (BRIC, 2006).

com os temas ligados à segurança e defesa. Dentre esses, podemos citar a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)²², o Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CARICOM)²³ e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)²⁴.

Em relação aos BRIC, existe uma tendência a se estabelecer acordos relativos à segurança e defesa. A Índia é o país que ainda possui um nível baixo de relacionamento com o MERCOSUL, apesar de ter sido firmado um Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia, em janeiro de 2004, os textos complementares ainda não se transformaram em ações concretas de relacionamento comercial (ACORDO, 2004). Como fator importante nesse acordo, se deve registrar que a Índia é hoje um país com um desenvolvimento excepcional na área de computação e um mercado promissor para o MERCOSUL no setor de alimentos, pois conta com uma população superior a um bilhão de habitantes.

No caso da Rússia, já se pode considerar que o país possui um outro estágio de relacionamento, devido aos acordos bilaterais com os países integrantes do Bloco. As conversações de cunho político em parte do Mecanismo de Consulta e Concertação Política do MERCOSUL (MCCP) inclui questões da conjuntura regional e internacional e temas como a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (QUINZENAL, 2006).

É importante discutir como ocorreu a ascensão econômica atual da Rússia, para se situar perfeitamente como se iniciaram esses entendimentos bilaterais que, certamente em um futuro próximo, serão importantes para definir o rumo do relacionamento multilateral. Pode-se perceber três grandes fases da economia russa: o período do império soviético; uma transição caótica para a economia de mercado, que se iniciou com o desmoronamento do comunismo (CASTELLS, 2002, p. 218); e a chegada de Putin ao poder, em 2000, buscando a modernização do país, e ao mesmo tempo, restabelecendo a prática de um partido político único (PUTIN, 2006).

Ainda no período de transição, a Rússia iniciou uma espécie de liquidação de material de defesa, fruto do imenso arsenal construído durante a Guerra Fria. Um dos países do MERCOSUL que mais se abasteceu desse material, de qualidade duvidosa, foi o Uruguai

²² Sigla em inglês de Association of Southeast Asian Nations, sendo membros: Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura, Tailândia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja (ASSOCIATION, 2006).

²³ Sigla em inglês de Caribbean Community and Common Market, sendo membros: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. Cuba participa como observador (CARIBBEAN, 2006).

²⁴ Sigla em inglês de Southern África Development Community, sendo membros: África do sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue (SOUTHERN, 2006).

com o recebimento de caminhões e material de campanha para o Exército. Com o Brasil, o relacionamento pode ser considerado excelente em todos os setores, inclusive em temas relacionados à defesa. Em 1995, foram criadas Adidâncias militares às respectivas Embaixadas e em 1997, foi assinado um Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, que resultou na ida ao espaço, em 2006, do primeiro astronauta brasileiro (RÚSSIA, 2006). O maior exemplo do interesse russo está ocorrendo em 2006, com o anúncio de uma grande venda de armamento, que inclui helicópteros e de aviões de combate MIG-29 para a Venezuela, negociação na qual Putin rejeitou os argumentos norte-americanos para o cancelamento da negociação (TEIXEIRA, 2005).

Finalmente, a China que, desde 1978, iniciou um processo de abertura para o exterior, com reconhecimento pelo Governo de Deng Xiaoping da falência de uma economia centralizada e planificada (PINTO, 2005, p. 78).

Vários analistas já reconheciam que o despertar do “gigante chinês” representaria a entrada de um importante ator na geopolítica mundial. Ainda assim, o processo iniciado ao final dos anos setenta não teve a repercussão esperada no decorrer da década seguinte e somente em 1990, sua economia começou a aparecer no mundo.

Com uma política pragmática de investimentos na imensa área que abrange Hong Kong, Shenzhen, Guangzhou, Zuhai, Macau e Pearl River Delta (CASTELLS, 1999, p. 357), aliado ao surgimento do fenômeno da globalização, os chineses invadiram os diversos mercados mundiais vendendo produtos com preços baixíssimos e comprando matérias-primas e petróleo.

Ainda, segundo Castells, “o comunismo chinês dos anos 90 representa a fusão histórica do Estado desenvolvimentista com o Estado revolucionário” (1999, p. 353).

Exatamente como a Rússia, os chineses iniciaram um processo de negociação com o MERCOSUL por intermédio de seus países membros que já mantinham acordos comerciais bilaterais, antes mesmo da criação do Bloco.

Para se ter noção do que significou a abertura chinesa, o Brasil, até 1978, possuía cinco Atos firmados com a China (Convenção de Arbitramento, Tratado de Amizade, Convênio Cultural e dois sobre o estabelecimento de relações diplomáticas e abertura de Embaixadas, em 1974). A partir de então, já firmou mais de setenta acordos, protocolos, convênios e memorandos, dentre os quais a criação de Adidâncias das Forças Armadas, Entendimento sobre Minério de Ferro e Cooperação na Área de Tecnologia Industrial, que resultou no Acordo de Cooperação para o Satélite Recursos Terrestres China-Brasil entre a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial e o Instituto de Pesquisas Espaciais do Brasil

(INPE) (ATOS, 2006). Nesse período, a China se tornou o segundo exportador para o Brasil e o terceiro comprador de produtos brasileiros, atrás somente de EUA e Argentina, conforme demonstrado na Tabela do Anexo C.

Assim como o Brasil, os demais países do MERCOSUL mantêm um relacionamento comercial intenso com a China. A Argentina exporta trigo, petróleo, carne, lã; o Chile, cobre, vinhos e pescados; o Uruguai, carne e derivados. Somente a Bolívia que é basicamente um país importador e o Paraguai, que mantém relações diplomáticas com Taiwan, não possuem negócios com a China, como também não existem acordos para o estabelecimento de Embaixadas.

Dessa forma, existe um interesse mútuo entre os países componentes do MERCOSUL e a China em estabelecer em acordo comercial, que não se concretizou de forma mais rápida, em virtude dos excelentes relacionamentos bilaterais. Em 2004, o MERCOSUL havia realizado proposta formal para um acordo de preferências tarifárias (INVESTNEWS, 2004), porém até o presente momento, não existe um Acordo semelhante ao firmado com a Índia.

Como consequência, pode-se visualizar uma variada gama de oportunidades no comércio entre o MERCOSUL e a China. Enquanto o país asiático necessita vorazmente de matérias-primas e insumos para atender o maior contingente populacional do planeta, o Cone Sul poderá ter acesso a produtos da área tecnológica industrial, com a possibilidade de cooperação e transferência de conhecimento, passíveis de serem usados de forma integrada no Bloco.

Assim sendo, com essa breve exposição sobre os interesses dos principais atores que interagem com o MERCOSUL pretendeu-se demonstrar que as riquezas naturais ou o potencial econômico do Cone Sul pode atrair diversas formas de pressões políticas, incluindo o cerceamento ao livre-comércio exterior. Nesse aspecto, deduz-se que não se deve descartar dos cuidados elementares que proporcionem um entendimento no MERCOSUL sobre segurança e defesa e pretende-se examinar as possibilidades de uma integração militar, sob a ótica do MD brasileiro.

5. POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO MILITAR REGIONAL

Em 2004, o Ex-Ministro da Defesa do Brasil, Embaixador José Viegas, em conferência no Centro de Altos Estudos Nacionais do Uruguai (CALEN), organização similar à nossa Escola Superior de Guerra (ESG), foi incisivo ao responder a pergunta de um Oficial-Aluno do Curso Superior de Guerra uruguaio, sobre a possibilidade de integração militar no MERCOSUL: *“Primeiro devem ser resolvidas as questões comerciais, depois uma integração política e depois de tudo, uma **tentativa**²⁵ de integração militar. A União Européia, que já possui uma moeda própria e até um Parlamento, enfrenta dificuldades em conseguir essa integração”* (VIEGAS, 2004).

Considera-se que existem três questões importantes em um processo de integração militar para fundamentar quaisquer possibilidades de entendimentos em segurança e defesa no MERCOSUL. Ademais, comenta-se a posição do MD brasileiro sobre esses temas, que em alguns pontos, difere das orientações constitucionais ou governamentais das demais FA.

Em primeiro lugar, procurou-se definir que tipos de ameaças poderão ser consideradas pelo Bloco, seguido do nível de integração desejado e por fim, os óbices já existentes ou que serão provocados nesse processo.

No que diz respeito às ameaças externas, vários especialistas, como o professor de Geopolítica argentino Adolfo Koutoudjian, opinam sobre pressões dos atores interessados,

²⁵ Grifo do autor.

em caso extremo, de restringir a liberdade do Bloco por meio de bloqueio naval ou interferências aéreas e espaciais com prejuízos às comunicações (KOUTOUDJIAN, 2004, p. 212). O Almirante Mario César Flores sugere que a presença da Venezuela, agora como membro pleno do Tratado, pode se tornar um complicador, gerando uma ameaça com o “potencial de turbulência do petropopulismo messiânico-salvacionista, anti-americano”²⁶ Os estudos do nosso MD, anteriores à entrada da Venezuela no Bloco, indicam que não é visível uma ameaça comum²⁷. De fato, existe uma diferença abissal entre pressões ou boicotes de origem econômico-financeiras para uma ação bélica. Nesse sentido, acredita-se que no momento os problemas no subcontinente podem ser resolvidos pela via diplomática.

O mais importante seria reconhecer as possíveis causas de uma interferência externa nos assuntos internos do Bloco, sejam eles afetos somente a um ou a mais países. As mais variadas formas de tentativas de internacionalização da Amazônia, o uso indevido dos mares territoriais dos Estados-Membros ou as grandes reservas de água doce, como o Aquífero Guarani²⁸, disponíveis no território constituem temas caros à região. Na situação brasileira é um ponto nevrálgico, pois sua PDN considera Amazônia e mar territorial, assuntos prioritários. Os casos descritos são exemplos típicos de autodeterminação dos povos que os Estados do Tratado e que estarão sempre presentes em suas políticas diplomáticas, independentemente da conjuntura política mundial.

Existem, porém, situações provocadas pela conjuntura atual, tais como: os campos petrolíferos da Venezuela que passaram a constituir um grave problema, proporcional à virulência verbal de seu Presidente; a estatização do gás boliviano pelo Presidente Evo Morales ou as palavras do Presidente argentino Nestor Kirchner em discurso de comemoração do 22º Aniversário da Guerra das Malvinas: “ a recuperação das Malvinas é um objetivo permanente e irrenunciável” (KIRCHNER, 2006). São fatos que geraram tensões diplomáticas e que não se pode afirmar o desfecho, na ocorrência de uma ação militar de quaisquer dos lados envolvidos.

Com relação às ameaças internas, as opiniões já possuíam certo grau de concordância sobre os problemas atuais da América do Sul. Dentre as principais ameaças ao equilíbrio regional encontram-se o narcotráfico, o crime organizado e o terrorismo. Os dois

²⁶ Expressão usada no texto “Possibilidades e riscos da união regional”, ainda não publicado. (FLORES, 2006, f. 25)

²⁷ Entrevista com o Vice-Almirante Fernando Eduardo Studart Wiemer, Diretor do Departamento de Política e Estratégia do MD (WIEMER, 2006).

²⁸ O Aquífero Guarani é o maior manancial de água doce subterrânea transfronteiriço do mundo, estendendo-se pelo Brasil(840.00km²), Paraguai(58.500km²), Uruguai(58.500km²) e Argentina(255.000km²) (AQUÍFERO, 2006).

primeiros, fortemente enraizados em toda a América Latina, já eram, e continuam sendo, combatidos de forma sistemática e organizada por todos os países, na maioria dos casos com a participação direta das FFAA. No caso particular do narcotráfico ocorre a intensa e controversa participação da agência americana de combate às drogas DEA²⁹, presente dentre outros países, no Suriname, Equador, Perú, Bolívia, Paraguai e Colômbia (CARMONA, 2005).

Quanto ao terrorismo, da forma como ocorreu em 11 de setembro de 2001, não se verificou a existência de fatos que comprovem a possibilidade de uma ocorrência dessa natureza no subcontinente. Entretanto, três acontecimentos não poderiam ser ignorados: o atentado terrorista ocorrido contra a Associação Mutual Israelita da Argentina (AMIA) em julho de 1994 (FIGUEIREDO, 2006); a informação do Governo americano da existência de células terroristas na cidade de Foz do Iguaçu, na região da Tríplice Fronteira, entre Argentina, Brasil e Paraguai (TERRORISMO, 2006); e, uma ação violenta visando atingir os interesses americanos ou de seus aliados na região. No caso brasileiro, as diretrizes de nossa PDN (BRASIL, 2005b, p. 20) estabelecem em seu inciso XI – “dispor de estrutura capaz de contribuir para a prevenção de atos terroristas e de conduzir operações de contraterrorismo” – a orientação necessária ao Poder Público para sejam executadas as ações concernentes a essa questão.

Completando o quadro de ameaças internas, temos a situação na Colômbia e a presença de tropas dos EUA no Paraguai. Alguns autores consideram as chamadas vulnerabilidades geopolíticas como a desarticulação regional, as áreas superpovoadas de São Paulo, Rio de Janeiro, Bogotá, Buenos Aires e Lima ou o aumento da fragmentação social, em fatores desagregadores que podem transformar-se em problemas de grave repercussão interna e externa à região (KOUTOUDJIAN, 2004, p. 213).

Na discussão sobre a situação das FA verificou-se que existe a necessidade de se estabelecer os principais pontos de convergência das políticas de defesa para poder esboçar um possível acordo regional. Dentre esses pontos, se pode enumerar:

- Aplicação de estratégia dissuasiva e defensiva;
- Cooperação na forma de intercâmbio de pessoal e exercícios militares;
- Participação em Forças de Paz; e
- Ampliação no desenvolvimento da base industrial de defesa.

A aplicação de uma estratégia dissuasiva e defensiva, além de estar consolidada historicamente, coaduna-se com o relativo clima de paz na região. Esse ponto não deveria

²⁹ Em inglês, *Drug Enforcement Administration*.

entrar em discussão, bastando se adotar ações coerentes com o que se espera das ameaças.

A cooperação em intercâmbios de pessoal, sob a forma de reuniões bilaterais ou multilaterais, cursos ou estágios entre as FA é uma das mais consistentes formas de integração regional. Por sua vez, a execução de exercícios militares, nos mais diversos cenários impostos pelos possíveis ambientes de conflito, desenvolve um sentimento de confiança, que se considera de vital importância para um completo entendimento militar.

Dessa forma, com exceção da Bolívia, que não mantém um Adido militar no Uruguai e vice-versa, sendo feita a representação pelos Adidos lotados na Argentina (Bolívia) e no Chile (Uruguai), todos os países do MERCOSUL possuem Adidâncias militares às suas respectivas Embaixadas. Entende-se que essa é uma das mais eficazes maneiras de incrementar o relacionamento bilateral entre dois países.

Nesse aspecto Argentina e Chile deram um passo concreto à integração, fato inimaginável a duas décadas passadas. Estabeleceram um projeto pioneiro na América do Sul, que é a formação de uma Força de Paz Bilateral, com um Estado-Maior Combinado. Esse projeto foi iniciado em 2005, com perspectivas de estar concluído em 2008, com o intuito de participar do sistema UNSAS³⁰ da ONU (ACUERDO, 2006).

A participação em Forças de Paz sempre foi um cenário desejado pelos governos, como forma de projeção internacional e também por ser uma das formas de contato com outras FA mais desenvolvidas, contribuindo para a absorção de novos conhecimentos tecnológicos, logísticos ou de política de emprego de forças.

Outro aspecto a ser considerado é o que ocorre atualmente com a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), coma participação da Argentina, Chile e Uruguai, cabendo ao Brasil o Comando das tropas (DINIZ, 2005). Apesar da participação de militares de outros continentes, o envolvimento profissional das FA do MERCOSUL tornou-se um fator motivador de integração, traduzido em parte pelo simbolismo do emprego das forças em operações efetivamente de caráter militar.

Considera-se que o desenvolvimento de uma base industrial militar na região representaria um avanço qualitativo, tanto no relacionamento militar, quanto no econômico. Entende-se que a indústria militar sempre esteve associada à pesquisa e ao desenvolvimento (P&D) de produtos que possam garantir a substituição de material importado, reduzindo dessa forma a dependência externa em casos de conflitos.

Entretanto, o nível atual de investimento das FA pode comprometer a participação dos setores privados da economia, em função da baixa demanda de material bélico,

³⁰ Sigla em ingles de *United Nation Stand-By Forces*.

determinado pelos orçamentos governamentais. Como os governos são os principais responsáveis pela segurança dos cidadãos, deve-se supor que também sejam os principais interessados em promover o desenvolvimento da indústria bélica.

Sob esse aspecto, nos anos 70, como resultado do afastamento político-militar em relação aos EUA, alguns países da América do Sul, procuraram desenvolver uma indústria bélica nacional, coerente, tanto pela necessidade desse tipo de material, como parte da política econômica de substituição de importações por similares nacionais.

Na Argentina, ressalta-se a criação das empresas Fabricaciones Militares (FM) ou Lockheed Martin Aircraft Argentina (LMAASA) e os Astilleros Domeq García (CICALES, 2006, p. 8) e no Brasil foram criadas empresas como a AVIBRAS e Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) (INDÚSTRIA, 2005). Devem-se incluir nesse esforço os arsenais navais, que procuravam adaptar-se para a construção naval. Destacam-se ainda, as iniciativas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) no Brasil, os Astilleros Domeq García, na Argentina e Astilleros y Maestranzas de la Armada, no Chile.

Várias dessas empresas faliram entre o final dos anos 80 e meados da década de 90, pela falta de encomendas dos setores militares nacionais ou pela forte concorrência encontrada no mercado internacional. A fim de evitar a repetição dos erros no passado, os governos estão preocupados com o estabelecimento de legislação normativa, as ações políticas necessárias para o desenvolvimento dessa indústria. No caso do Governo Brasileiro, o MD aprovou pela Portaria Normativa Nº. 586 de 24 de abril de 2006, as Ações Estratégicas para a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID) (BRASIL, 2006d).

O Presidente Lula, em janeiro de 2006, ao propor ao Presidente Kirchner a criação de uma indústria bélica bilateral Brasil-Argentina, sugeriu a instalação de uma fábrica da Embraer no país vizinho, somente para atender ao MERCOSUL. As aeronaves seriam fabricadas com tecnologia européia, em virtude do veto dos EUA à venda de aviões militares para a Venezuela, justificada pelo uso de componentes norte-americanos, ou seja, um ator externo atuando como óbice a uma negociação no âmbito do Tratado (LULA, 2006).

Torna-se, então, importante apresentar os principais óbices a essas possibilidades de integração. Dentre os já existentes, pode-se enumerá-los como: de ordem estratégica, no caso de uma ameaça externa comum; de ordem financeira, devido à redução orçamentária das FA do continente; ou de caráter conceitual, tendo como exemplo o Brasil, que não é favorável à criação de Forças integradas ou sob Comando único (WIEMER, 2006).

Além desses fatores já conhecidos, se prevê que os resultados de ações na condução da política externa dos componentes do Tratado, tornem-se causas de óbices ainda

mais contundentes para o processo de integração. Exemplificando-se com as situações citadas anteriormente, como proceder diante da situação atual do relacionamento político-diplomático entre a Venezuela e os EUA, se houver um recrudescimento nas relações bilaterais que provoquem um ataque preemptivo norte-americano ou uma nova ação militar da Argentina nas ilhas Malvinas?

Apesar de se considerar que tais situações tenham uma baixa probabilidade de ocorrência, os demais países estariam dispostos a apoiar seus parceiros em questões de ordem estritamente bilaterais?

Pressupõe-se que a resposta seja negativa. Entende-se que o tipo de integração militar sugerida pelos governos seja de caráter cooperativo, ou seja, que exista uma tendência a harmonizar as políticas de defesa sem o estabelecimento de uma soberania comunitária (SOARES, 2003, p. 10). O caso das aeronaves da Embraer considera-se como uma pressão política proporcional ao discurso do Presidente Chávez.

Além dos temas exclusivos da defesa, com características militares, a questão da segurança é de fundamental importância e de maior visibilidade pela sociedade dos Estados integrantes do Tratado. Nesse aspecto, na própria América do Sul já existe a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OCTA)³¹, que recentemente ao realizar a Primeira Reunião Ministerial sobre Defesa e Segurança Integral da Amazônia tratou de três temas que são totalmente conciliáveis com os problemas do MERCOSUL: Crime transnacional, interdição e sistemas de vigilância e proteção e outros temas como tráfico ilícito de espécies e recursos florestais de flora e fauna (ORGANIZAÇÃO, 2006).

Considerando-se, então, um caráter de cooperação no processo de integração regional sugere-se as seguintes ações:

- No campo estratégico:
 - permanecer com a orientação dissuasiva, porém, estabelecendo um nível de preparação conjunto das FA, baseada em exercícios militares multilaterais; e
 - manter o caráter defensivo de utilização das Forças.
- No campo político:
 - manter os atuais exercícios realizados entre as FA, estabelecendo outros que, iniciando-se por Jogos de Guerra e Estudos de Estado-Maior, possam no futuro, ter a participação de efetivos das três Forças de cada país;
 - incentivar todos os tipos de intercâmbio de pessoal, a fim de estabelecer

³¹ O OCTA é baseado no Tratado de Cooperação Amazônica, firmado, em 1978, por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, em favor do desenvolvimento sustentável da região. Somente em 2006, entraram em discussão temas relativos à segurança.

procedimentos comuns de segurança e defesa; e

- acompanhar o processo de integração bilateral de defesa, entre Argentina e Chile, como forma de aproveitar os ensinamentos dessa iniciativa.

▪ No campo diplomático:

- buscar a participação conjunta a exemplo do Haiti, das FA em Forças de Paz das Nações Unidas; e

- manter as Adidâncias militares junto às Embaixadas de todos os países do Bloco.

No campo econômico:

- estabelecer acordos para o desenvolvimento em projetos de C&T e P&D comuns, na área industrial de defesa; e

- incentivar a utilização dos recursos já existentes no setor industrial-militar do Bloco, a fim de reduzir a ociosidade existente.

Acredita-se que essas ações não estão necessariamente interligadas. A manutenção das orientações no campo estratégico vêm sendo mantidas sem a necessidade de entendimentos prévios entre os Estados. Para as ações no campo político-diplomático existe a necessidade de se promover e manter um entendimento entre os MD.

Por sua vez, as ações que envolvem a economia dos Estados estarão inseridas em um contexto maior dos acordos firmados e no caso do MERCOSUL, essa é a base do processo de integração. Nesse caso, pode-se entender a vinculação do interesse político-econômico com segurança e defesa.

Entretanto reafirma-se que a integração militar regional não deve estar associada ao sucesso da integração econômica do Cone Sul. Em caso de falência do processo de formação do Bloco, as riquezas naturais, o direito ao livre-comércio e principalmente, o exercício da soberania continuarão sendo fatores preponderantes para justificar o entendimento e a cooperação entre as FA.

6 REFLEXOS NA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL

A PDN constitui-se no resultado de um amplo trabalho desenvolvido pelo MD junto à sociedade brasileira para estabelecer uma doutrina de segurança e defesa, em todas as esferas do Poder Nacional, com ênfase nas ameaças externas.

Como se deve esperar, o documento trata da esfera política, onde se incluem os principais conceitos, notadamente sobre o Estado, a segurança e a defesa, as definições dos ambientes internacional e nacional e a apresentação dos objetivos da defesa. Além disso, possui uma parte estratégica, onde se encontram as orientações e diretrizes (BRASIL, 2005b).

As definições de segurança e defesa da PDN, já apresentadas em capítulo anterior, são importantes no sentido de apresentar à sociedade a abrangência dos conceitos estabelecidos por organismos internacionais, no caso em particular, a ONU.

A partir da explicação sobre o que se deve esperar no ambiente internacional, começa-se a vislumbrar as primeiras questões sobre um processo de integração militar regional. Ressalta-se a vulnerabilidade da economia nacional, frente à nova configuração da ordem internacional que se baseia na globalização, unipolaridade no campo militar, questões ambientais, novas tecnologias de informações, atuação de atores não estatais e as ameaças dos delitos transnacionais junto com o terrorismo internacional.

Em se tratando do ambiente regional e do entorno estratégico, o Brasil busca aprofundar os laços de cooperação e destaca que os processos de consolidação democrática e integração regional servirão para incrementar a confiabilidade regional e a solução negociada dos conflitos. O MERCOSUL é considerado parte relevante nesse processo e que, mesmo estando presente em uma região relativamente pacífica, poderá ter alterada essa condição, por

influência do setor externo. Conseqüentemente, dentro de um quadro de consenso e harmonia política, se prevê o desdobramento natural dos assuntos tratados no Tratado, notadamente as questões econômicas, para a área de defesa e segurança regional.

Ao ser descrito o perfil brasileiro, encontra-se incluído textualmente a importância de todas as regiões nacionais e direciona o planejamento de defesa para as atuais áreas de maior concentração de poder político e econômico. Nota-se a especial atenção sobre a Amazônia e o Atlântico Sul, duas áreas territoriais que possuem um enorme potencial estratégico-econômico e atraem as atenções internacionais. As prioridades, na condução das políticas voltadas para essas áreas, são diretamente proporcionais à riqueza de seus recursos e à vulnerabilidade de seus acessos (BRASIL, 2005b, p. 10-13).

Ambas as áreas são de particular interesse para as FA, com um particular interesse da MB sobre o tema do Atlântico Sul, representado pela área marítima, onde são vitais os interesses brasileiros, contemplada com o conceito de “Amazônia Azul”³². Considera-se que ao eleger duas áreas prioritárias em seu principal documento de orientação para segurança e defesa, o Governo brasileiro ressaltou ainda mais, a importância da proteção territorial física demonstrando a necessidade de um aparelhamento das FA, compatível com a amplitude dessa tarefa.

Complementando a parte política da PDN, são apresentados os objetivos da Defesa Nacional, dentre as quais, a promoção da estabilidade regional e a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais, são as definições que mais contribuem para se defender os motivos que ressaltam a necessidade de uma integração regional.

Em relação aos fundamentos estratégicos que norteiam o documento, as oito orientações que compõem os pressupostos básicos reafirmam a aplicação da dissuasão e do caráter defensivo, para a resolução de conflitos. Nesse capítulo, em especial, é enfatizada a integração regional pelo fortalecimento da indústria de defesa, não sendo contemplada uma proposta ou discussão sobre uma eventual integração militar regional, sob a visão de um arranjo coletivo de defesa (BRASIL, 2005b, 15-18).

Dessa forma, em consulta ao MD, verificou-se que não existe qualquer intenção brasileira em participar de um arranjo de defesa coletivo, e muito menos, permanente, envolvendo as FA do Cone Sul (WIEMER, 2006).

Entende-se que, futuramente, a forma de estabelecer uma integração baseada em fatores econômicos possa ser alterada, baseada em ocorrência de fatos provocados por fatores

³²Expressão utilizada pelo atual Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, para designar a área marítima com interesses econômicos brasileiros, no artigo “A outra Amazônia”, publicado originalmente no Jornal “Folha de São Paulo”, em 25 fev. 2004 (CARVALHO, 2004).

externos e que passarão a constituir uma ameaça identificável à região.

Esse posicionamento político, provocado pelos militares brasileiros é explicado por razões históricas intrínsecas à formação de suas FA. Devido a divergências de emprego das forças ou de orientação estratégico-operacional, discute-se, ainda hoje, ao início de um novo milênio, a necessidade de criação de um comando combinado na Amazônia, como forma de contrapor-se às ameaças na região. É razoável se indagar, como esperam combater combinadamente um inimigo, que fatalmente se aproveitará dessa falta de integração interna. Há 2.500 atrás, Sun Tzu já vaticinava: “sem harmonia no Estado, nenhuma expedição militar pode ser garantida; sem harmonia no exército não pode haver formação de batalha” (TZU, 2005, p. 43).

Nesse aspecto, entende-se que a criação do MD está contribuindo para tornar realidade uma coesão militar brasileira, que se acredita extremamente capaz de cumprir as mais diferentes missões. Cita-se como exemplo, as Operações Timbó ou Leão, exercícios combinados, onde são estabelecidas doutrinas comuns para emprego das forças (BRASIL, 2006e). Ademais, por meio de um comando combinado permanente brasileiro, o Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), que embora tenha características muito especiais, nota-se um funcionamento harmonioso, podendo-se antever um promissor entendimento futuro, no gerenciamento dessa questão.

Finalmente, são listadas 26 diretrizes estratégicas para definir as políticas e ações necessárias que contribuirão para a consecução dos objetivos da Defesa Nacional. Volta-se a direcionar os entendimentos externos baseando-se no intercâmbio com as FA amigas, na consolidação da integração regional baseada no desenvolvimento de uma base industrial de defesa (BID) e o incentivo a novas parcerias com países que possam contribuir para o desenvolvimento de C&T da indústria brasileira (BRASIL, 2005b, p. 19-21).

Entende-se que esse quadro político-estratégico proporcionado pela nossa PDN não restringe a criação das diversas formas de entendimento que uma integração militar regional pode proporcionar. Assim sendo, baseando-se na adoção de algumas possibilidades identificadas no capítulo anterior apresenta-se que reflexos poderiam causar na condução da atual política de defesa brasileira.

No campo estratégico, a orientação dissuasiva e defensiva para defesa dos interesses nacionais é compartilhada por todos os Estados que compõem o MERCOSUL. Não se crê, tanto no presente, como em um futuro próximo, alterações que possam mudar o perfil defensivo da América do Sul. Apesar do caráter conflituoso do mundo atual, por muitos atribuídos aos conceitos de globalização, a hegemonia de uma potência ou as assimetrias,

cada vez mais graves entre os Estados, a manutenção do caráter defensivo do continente contribuirá sempre na distensão político-diplomática, sempre que possível necessária, na resolução de disputas internacionais. Esse posicionamento, também contribui para o entendimento intra-bloco, fator imprescindível para o processo de integração.

No campo político-militar, existe a concordância, tanto prática, como normativa, dos Estados de se incrementar cada vez mais, o intercâmbio profissional sobre a forma de cursos, estágios, reuniões bilaterais de Estados-Maiores e acordos de cooperação na área de formação acadêmica profissional. No caso específico de exercícios militares, o MD apóia a manutenção dos exercícios envolvendo as FA, e ampliará se possível, as oportunidades de criação de novos exercícios, atualizando-os de acordo com a conjuntura internacional, estabelecendo novos conceitos de emprego das FA regionalmente.

Não se descarta a proposta de outras FA para a realização de exercícios que envolvam a criação de um Estado-Maior Combinado como parte dos eventos. Atualmente, não se vislumbra a participação brasileira nesse tipo de empreitada. Porém, considera-se conveniente, caso esse convite se concretize, a participação de Oficiais e Praças brasileiros, como observadores militares.

No campo diplomático, a manutenção das Adidâncias militares junto às Embaixadas favorece um entendimento mais dinâmico, profissional e amistoso entre as FA. O representante militar de um país pode ser um importante elo nos vários processos de relacionamento militar, fornecendo ou recebendo informações úteis, que abreviarão o tempo despendido no trabalho de pesquisa ou consulta às organizações envolvidas.

Por outro lado, a participação em Forças de Paz da ONU, além de contribuir para o preparo e adestramento das forças, projeta no cenário internacional a capacidade do país de participar nas tomadas de decisões, aprimorando e aumentando sua capacidade de negociação, exatamente como prevê a diretriz XXVI, da PDN³³.

Por fim, o campo econômico, que efetivamente, pelo MD brasileiro, significa o fator de maior influência no processo de integração militar regional. O esforço Governo brasileiro de incentivar o desenvolvimento de uma BID é compreensível, no sentido de se buscar, preferencialmente integrados e liderando a região, uma saída para a persistente dependência tecnológica externa. Nas palavras do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (1999, p. 96): “Uma menor dependência, agregada à maior importância relativa do mercado interno, pode reduzir não só a vulnerabilidade do sistema econômico a choques externos, mas

³³ Diretriz XXVI – participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão, aprimorando e aumentando a capacidade de negociação do Brasil.

também sua vulnerabilidade a pressões políticas e militares exógenas”.

Porém, entende-se que para acelerar o desenvolvimento de uma BID, a melhor forma de se iniciar esse processo é tentar estabelecer acordos técnicos aproveitando a capacidade ociosa das instalações industriais militares existentes no MERCOSUL. Um exemplo é o que acontece com a manutenção dos submarinos da classe alemã IKL-209. Somente no Cone Sul, o Chile e a Venezuela possuem duas unidades cada. Além disso, ainda na América do Sul, a Colômbia possui quatro unidades; o Equador, duas; e o Peru, seis. O Brasil possui cinco unidades, quatro em operação e uma em fase de incorporação, além da previsão de se construir mais uma unidade. O AMRJ, que na década de 90, efetuou o reparo do submarino argentino ARA “Santa Cruz” está capacitado a construir e realizar grandes reparos nessa classe de navio. Por outro lado, a LMAASA, que efetuou manutenção nas turbinas das aeronaves A-4 brasileiras, está realizando reparos em vários C-130 da Colômbia, dos IA-58^a Púcara do Uruguai e T-34B Mentor da Bolívia (CICALES, 2006).

Por mais que esses esforços iniciais tenham ainda a utilização de produtos importados, passariam a representar um esforço conjunto, no caminho do desenvolvimento de tecnologias que atendessem as mais variadas formas de demandas regionais.

A esse início de entendimento industrial seguiriam os acordos para o que realmente se deseja: inovação e produção de tecnologia para segurança e defesa. As perspectivas nesse setor, na visão do MD, são as melhores que se vislumbram para uma integração militar (WIEMER, 2006). A utilização das nossas organizações de pesquisa, como o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Centro Tecnológico do Exército (CTE) ou o Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM) atrairiam as empresas que normalmente estão associadas à P&D dessas instituições para a participação em projetos regionais.

É importante frisar que todas essas possibilidades relativas à PDN brasileira serão objetos de estudo e votação no Congresso Nacional e como tal, pode ser rejeitado, o que não significa buscar apoio para as pretensões, de caráter integrador, das FA brasileiras. Segundo o Professor Eduardo Ítalo Pesce, do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, “há ‘um poderoso *lobby antidesesa*’ alimentado por interesses diversos, complementado pelo fato do Brasil não identificar publicamente a existência de ameaças externas à sua segurança” (2006, p. 11), que compromete todo desenvolvimento de uma mentalidade sobre segurança e defesa no país.

Na opinião do VA Wiemer, o posicionamento brasileiro é correto na medida em que são estabelecidos os parâmetros para a atuação político-diplomática relativos à defesa e segurança (WIEMER, 2006). Essa visão é coincidente com a ex-Ministro Viegas sobre a

velocidade de transformação que se deve imprimir a temas considerados sensíveis.

Ao demonstrar a insatisfação de parte dos analistas brasileiros, o Professor Pesce vai mais além quando diz: “nosso país não poderá permanecer eternamente na condição de gigante periférico e desarmado. Ou deixará de ser periférico, ou cedo ou tarde, deixará de ser gigante” (2006, p.11).

A luz das possibilidades de integração e os conseqüentes reflexos na PDN, alguns temas importantes não foram abordados, em virtude de reduzida documentação oficial a respeito ou por opiniões acadêmicas superficiais, baseadas na intuição e desprovidas de um rigor científico. Esse é o caso do terrorismo, que apesar de ser um fato antigo na história da humanidade vem apresentando, conjunturalmente, uma nítida manipulação internacional sobre a forma de classificá-lo. A clara intenção do atual Governo americano em tentar qualificar seus desafetos como provocadores ou incentivadores de atos dessa natureza, acabam diminuindo coletivamente a gravidade da situação.

Os atentados ocorridos em Nova York, Madri e Londres formam um quadro bastante preciso do inimigo que os EUA e seus aliados europeus enfrentam. Isso não significa necessariamente que os demais Estados que não concordam com alguns pressupostos da política americana, seja ela econômica, cultural ou militar, apoiem esse atos que são repudiados formalmente em documentos oficiais.

Dessa forma, não se vislumbra dentro da PDN alterações conceituais para o terrorismo, além das que já estão previstas para ações dessa natureza, com as recomendações necessárias para a implantação de uma mentalidade que repudie e previna tais atos.

Outro tema sensível é a atual e excessiva presença de tropas americanas na América do Sul. A orientação de uma política agressiva no continente, baseado nas ações do narcotráfico, que corrói a sociedade norte-americana, é contraproducente no relacionamento político-estratégico com a América do Sul. Talvez, a utilização de todo o seu potencial de poder brando³⁴, definição utilizada pelo escritor e político norte-americano Joseph Nye, trouxesse resultados mais positivos na condução diplomática. Esse fator é crítico quando se considera a premissa brasileira de não-intervenção e igualdade entre os Estados. Na aplicação da PDN, supõe-se que resta a dissuasão e a autodefesa.

Entende-se que, as principais leis dos Estados, iniciando-se pela Constituição, devem ser preparadas de forma equilibrada, a fim de se evitar mudanças significativas, por situações conjunturais de caráter “pré-fabricado”. A PDN enquadra-se nesses tipos de

³⁴ Em inglês, soft power. Significa o uso dos meios de comunicação, de tecnologia ou até mesmo, de entretenimento, poderosas armas de convencimento popular como forma de demonstração do poderio de um Estado (NYE, 2002, p. 36).

documentação oficial. Entende-se que a rápida transformação de caráter tecnológico vem imprimindo uma velocidade assustadora nas mudanças conceituais de qualquer ramo da ciência. Os assuntos de segurança e defesa, intrinsecamente ligados à C&T, são mais sensíveis a essas mudanças, não somente pelo fato da área científica por que são abrangidos, como, principalmente no surgimento de novos conflitos causados por essa transformação.

Ao se discutir assuntos que possam refletir em uma política tão recente quanto à PDN, em vigor desde junho de 2005, espera-se que esses reflexos sejam positivos e contribuam para reforçar os conceitos emanados do documento. Entretanto, nota-se que a importância dada a certos temas, se conduzidos inadequadamente podem conduzir a uma conclusão errônea do que o Governo deseja apresentar à sua sociedade.

Considera-se que existe um pequeno desequilíbrio entre as influências representadas pelas considerações de ordem econômica no entendimento regional e às demais possibilidades de integração, sejam políticas, culturais ou militares.

Compreende-se que os blocos, o MERCOSUL inclusive, foram criados com a denominação de blocos econômicos, dentro de uma conjuntura mundial de tendência à globalização. Se hoje existe a globalização, ela é sobretudo de caráter financeiro ou de comunicação. Outros tipos de globalização, se ainda não fracassaram totalmente, não encontram respaldo cultural, político ou governamental. Têm-se inclusive presenciado o surgimento de políticas ou instituições voltadas para a valorização do regional e do local, contemplando, como se acredita ser importante, as diversas formas de manifestação autóctones de cada Nação.

Espera-se que o MD não se mantenha paralisado diante das perspectivas de novos conceitos de emprego das FA. As ameaças são altamente mutáveis e ganham um substancial reforço quando o oponente, em especial uma integração militar, insiste em permanecer imutável, arraigados de maneira deplorável ao passado.

Isso não significa dissuasão, nem defesa. Significará a derrota.

7 CONCLUSÃO

O Governo brasileiro, pela via diplomática, deve reconhecer de forma inequívoca as questões internas por quais passam seus parceiros na América do Sul. A busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos não pode transformar-se de política de Estado, para política de Governo, sob o risco de causar repulsa aos Estados amigos e afastar definitivamente àqueles que gostariam de integrar-se regionalmente.

Não existe prazo ou metas a cumprir quando se pretende reduzir as assimetrias. Elas são e continuarão sendo a curto e em médio prazo, fatores desagregadores, se os acordos, memorandos de entendimento, protocolos e demais instrumentos legais não estabelecerem regras claras e concisas na consecução dos projetos multilaterais.

Deve-se reconhecer a natureza volátil dos temas comerciais que são discutidos em âmbito regional. O MERCOSUL, com uma, ainda, frágil política aduaneira, não resistirá como Bloco econômico se as parte envolvidas no processo não se dispuserem a agir com maturidade política, na solução dos problemas econômicos.

Considera-se de suma importância, estabelecer parâmetros político-diplomáticos para evitar que resultados desfavoráveis, principalmente de âmbito econômico-comercial, afetem negativamente um processo de integração militar.

Em virtude do reduzido orçamento das FA na região ocorreu uma sensível redução nos projetos militares, sobretudo em casos onde se poderia incrementar o desenvolvimento de uma indústria de defesa. Quando se verifica que esse é um fenômeno mundial e nem por isso deixa de ser auferida a devida atenção aos temas militares, nos mais diversos cenários do mundo, identifica-se a necessidade de valorização das FA como forma de preservar o patrimônio dos Estados e da região.

A aplicação de políticas de segurança e defesa com características defensivas e dissuasórias, a participação em Forças de Paz da ONU e o estabelecimento de mecanismos de cooperação representariam uma verdadeira integração regional.

Os interesses internacionais estão proporcionalmente ligados aos interesses de cada ator que interage com O MERCOSUL. O fato de demonstrar-se que as riquezas naturais da região, junto ao seu potencial econômico podem gerar pressões que cerceiem a liberdade econômica. Portanto, devem ser elementares as ações a serem tomadas sobre segurança e defesa.

Essas ações, por sua vez, não podem vincular-se aos interesses político-econômicos, sob pena de se tornarem inócuas, caso ocorra uma falência do bloco econômico.

segurança e defesa tornam-se superiores às considerações econômicas, culturais ou sociais, quando de trata do direito a defesa da soberania.

Dessa forma, considera-se que as propostas de cooperação militar, nos campos político, diplomático e econômico, aliadas à manutenção de uma estratégia comum, possam se transformar em instrumentos válidos para o estabelecimento de uma relação confiável entre os Estados.

Ao fim e ao cabo, entende-se a importância da influência econômica nas possibilidades de integração militar regional, em uma conjuntura que favorece a globalização das políticas governamentais.

Portanto, não se deve temer em usar novos conceitos diante de novas ameaças, que obtêm uma expressiva vantagem, com o engessamento conceitual das FA. Cabe ao MD, cumprindo uma política de Estado, a orientação segura por meio da PDN, estabelecer os critérios de integração militar, transformando em realidade os anseios da sociedade brasileira, quanto à segurança e defesa do Estado brasileiro e do subcontinente sul-americano.

A dissuasão e a defesa, nesse caso, significarão a vitória.

REFERÊNCIAS

ACORDO de Comércio Preferencial Mercosul-Índia. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/india/index.asp>. Acesso em: 02 jul. 2006.

ACUERDO Bilateral: acta de Acuerdo Bilateral entre los Ministerios de Defensa de las Republicas de Argentina y de Chile para la creación de una Fuerza de Paz Combinada. Disponível em: <<http://www.mdn.gub.uy/archivos/debatenacional/actpaz.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2006.

AFEGANISTÃO. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Afeganist%C3%A3o>. Acesso em: 01 jul. 2006.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES. *Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares*. Disponível em: <<http://www.abacc.org/port/sccc/sccc.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2006.

AQUÍFERO Guarani. Disponível em: <<http://daearaquara.com.br/guarani.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2006.

ARAVENA, Francisco Rojas. A detenção do General Pinochet e as relações civis-militares. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 125-157.

ARGENTINA. Lista de Presidentes da Argentina. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_Presidentes_da_Argentina>. Acesso em: 22 jul. 2006.

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO. *Acuerdos de Alcance Parcial-Complementación Económica n.º 35 e 36*. Disponível em: <<http://www.aladi.org>>. Acesso em: 04 maio 2006.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIA NATIONS. Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/ASEAN.htm>>. Acesso em: 02 jul.2006.

ATOS em vigor assinados com a República Popular da China. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/bichina.htm>>. Acesso em: 04 jul. 2006.

ATTUCH, Leonardo. O legado de Reagan. *Isto É Dinheiro*. São Paulo, 11 jun. 2004. Disponível em:<<http://www.terra.com.br/istoedinheiro/354/economia/reagan.htm>>. Acesso em 02 jul. 2006.

BALANÇA Comercial Brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, SECEX, jan.- abr., 2006. 36p.

BALANÇO Militar da América do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.nuevamayoria.com>>. Acesso em: 22 jul. 2006.

BANCO MUNDIAL. Renda Nacional Bruta total em 2005, pelo método do Atlas do Banco Mundial. Disponível em: <http://www.obancomundial.org/index.php/content/view_document/2349.html>. Acesso em: 02 jul. 2006.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Argentina, Brasil y Estados Unidos: da Triple Alianza al Mercosur*. Buenos Aires: Norma, 2004. 584p.

BARBOSA, Rubens Antonio. *Área de Livre Comércio da América do Sul: conformação de um Novo Espaço Econômico*. Disponível em: <www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/aladi/area.asp>. Acesso em 03 maio. 2006.

BRASIL. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005a, 88p.

BRASIL. Universidade Federal de Pelotas. Centro de Integração do Mercosul. *A História do Mercosul*. Disponível em: <<http://www.ufpel.edu.br/mercosul/historico.html>>. Acesso em: 02 jul. 2006a.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Mercosul - Mercado comum do Sul*. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/mercosul/mercosul/mercosul_02.asp>. Acesso em: 04 maio 2006b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *História do Plano Real*. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/realhist.asp>>. Acesso em: 03 maio 2006c.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Coleção Pensamento Brasileiro sobre Segurança e Defesa*, 2003. 1 CD-ROM.

_____. Ministério da Defesa. *Política de Defesa Nacional*. Brasília, 2005b. 21 p.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional da Indústria de Defesa*. Brasília, 2006d. Portaria Normativa 586/MD de 24 de abril de 2006.

_____. Operações Militares. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/exercicios_militares/index.ph>. Acesso em: 22 jul. 2006e.

BRIC. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/BRICs>>. Acesso em: 02 jul. 2006.

CARIBBEAN COMMUNITY AND COMMON MARKET. Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/CARICOM.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2006.

CARMONA, Reinaldo. Por uma América Latina livre de bases militares estrangeiras. In: Conferência Internacional contra as Bases Militares Estrangeiras no Mundo, 2005, Havana. Disponível em: <<http://www.cebrapaz.org.br/int/reinaldo.htm>>. Acesso em 22 jul. 2006.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. *A outra Amazônia*. São Paulo: Folha de São Paulo, 25 jan. 2004. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/imprensa/imprensa_noticiou/anteriores/a_outra_amazonia.htm>. Acesso em: 02 jul. 2006.

CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. 19 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 497 p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 3). Original em inglês.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. Introdução crítica à atual política de defesa. *Carta Internacional*. São Paulo, n. 96, p. 11-12, fev. 2001.

CHÁVEZ, Hugo. *Biografia de Hugo Chávez*. Disponível em: <<http://www.chavezhugo.com.ar>>. Acesso em: 29 jun 2006.

CHILE. *Libro de la Defensa Nacional 2002*. Santiago, Ministerio de Defensa Nacional de Chile, 2003, 237 p.

CHIRICO, Selva López. Forças Armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso(Org). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 179-213.

CICALESI, Juan Carlos; DEL GAISO, César. A indústria de defesa argentina. *Segurança e Defesa*. Disponível em: <http://www.segurancaedefesa.com/Industria_Argentina.htm>. Acesso em: 23 jul. 2006.

COMISSÃO debaterá escolha do padrão japonês de TV digital. *JBONLINE*, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/extra/2006/07/19/e190716121.html>>. Acesso em: 02 jul. 2006.

COMPRAS Chile: quedan pocas oportunidades. *Defesanet*, 22 mar. 2006. Disponível em: <http://defesanet.com.br/notas/chile_armen.htm>. Acesso em: 08 jun. 2006.

CONE sul. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cone_Sul>. Acesso em: 22 jul. 2006.

COSTA, Hildo Silva André da. El proceso de seguridad en MERCOSUR: aspectos que favorecen y obstaculizan una política de defensa y exterior comunes. 2006. 122 f. Tese (Mestrado) - Escuela de Defensa Nacional, Buenos Aires, 2006.

DADOS consolidados da Balança Comercial Brasileira, 2005. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/compacta/quadrograficos.ppt#464,19,Slide 19>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

DINIZ, Eugenio. *O Brasil e a MINUSTAH*. PUC-MG, 2005. Disponível em: <http://www.ndu.edu/chds/Journal/PDF/2005/Diniz_article-edited.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2006.

DOHA. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rodada_de_Doha>. Acesso em 05 jul. 2006.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. White House. *The National Security Strategy of the United States of America*, 20 set. 2002. Disponível em: <<http://www.whitehouse.com>>. Acesso em 12 abr. 2006.

ESTRATAGEMAS. *Como usar as tropas*. Disponível em: <<http://www.suntzu.hpg.ig.com.br/cap3.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2006.

EUROPA. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Velho_Continente>. Acesso em 23 jul. 2006.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Cúpula do MERCOSUL: Adesão da Venezuela e adoção do Protocolo do Parlamento foram destaque. Disponível em: <http://www.ictsd.org/pont_quinze/06-01-24/artig3.htm>. Acesso em: 02 jul. 2006.

FIGUEIREDO, Janaína. Atentado à Amia na Argentina. *BLOGS GLOBO ONLINE*. Disponível em: <<http://www.oglobo.gobo.com/online/blogs/janaina/>>. Acesso em 22 jul. 2006.

FLORES, Mario César. *Possibilidades e riscos da União Regional*. Rio de Janeiro, 2006. 27 f. Não publicado.

GALL, Norman. *Carnaval em Caracas*. Disponível em: <http://www.normangall.com/venezuela_art5.htm>. Acesso em: 23 jul. 2006.

GEISEL, Ernesto. *Discursos*. Brasília: Imprensa Nacional, 1974, v. 1.

GONÇALVES, William. *A nova política externa e os velhos adversários*. Rio de Janeiro: COPPEAD, 2006. 8 p. Apostila de Relações Internacionais.

GUERRA Preemptiva. In: ENCICLOPÉDIA de Guerras e revoluções do século XX. Rio de Janeiro: Campus, 2004, p. 9.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, 166 p.

HOLANDA, Chico Buarque. A voz do dono e o dono da voz. *Almanaque*. Rio de Janeiro: Phillips, 1981. Disponível em: <<http://chicobuarque.uol.com.br/construcao/Index.html>>. Acesso em: 02 jul. 2006.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE DEFESA E SEGURANÇA. Diretório 2005. São Paulo: Prol, 2005.

INVESTNEWS. UNCTAD: Mercosul e China se encontram em julho. Disponível em: <http://www.investnews.net/ultimasnoticias/imprimir.asp?id_editoria=2457&id_noticia=438045>. Acesso em 18 jul. 2006.

JARRIN, Edgardo Mercado. *Un sistema de seguridad y defensa sudamericano*. Peru: CEPEI, 1989, 240 p.

KIRCHNER, Nestor. Discurso pelo 22º Aniversário da Guerra das Malvinas. *El Clarín*. Disponível em: <<http://www.clarin.com/diario/2006/04/02um/m-01169884.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2006.

KOUTOUDJIAN, Adolfo. Pacto de defensa y seguridad del Cono Sur sudamericano. In:

STANGANELLI, Isabel (Org.). *Seguridad y Defensa em el Cono Sur*. Mendoza: Caviar Blue, 2004. 460p.

LULA sugere fábrica militar no Mercosul. *Defesanet*, 20 jan. 2006. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/brasil/statemente_abv_mil_1.htm>. Acesso em: 23 jul. 2006.

MARTINI, Carlos. O fim da era Stroessner: militares, partidos e as rota para a democracia. In: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 158-178.

MERCOSUL. Perguntas e Respostas. Disponível em: <www.mercosul.gov.br/faq/default.asp>. Acesso em: 04 maio 2006.

MEDEIROS, Marcelo de A. Um exercício comparativo entre a União Européia e o Mercosul. *Revista de Ciencias Sociales*. Buenos Aires, v. XV, n. 20, p. 10-22, jun. 2002. Disponível em: <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/arquivo_1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2006.

MIGRAÇÃO japonesa e o fenômeno de kassegui: do país do sol nascente para uma terra cheia de sol. Disponível em: <<http://comciencia.br/reportagens/migracoes/migr19.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

NYE, Joseph. *O paradoxo do poder americano*. Tradução de Luiz Antonio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2002, 293 p. Original em inglês.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005. 291p.

OLIVEIRA, Eliane. O quinto elemento. *O GLOBO*. Rio de Janeiro, 5 jun. 2006. Caderno economia, p. 16.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. Ministros da Defesa da Amazônia buscam fórmulas para responder aos problemas da região. *Notícias de Imprensa*. Disponível em: <<http://www.octa.org.br/br/noticias/noticia.php?idNoticia=750&tipoN=12>>. Acesso em: 25 jul. 2006.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/OTAN>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

OS MARINES vem aí. *ISTOÉ*. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://terra.com.br/istoe/1865/internacional/1865_marines.htm>. Acesso em: 07 jul. 2006.

OSWALD, Vivian. Impasse no Mercosul atrasa acordo comercial global, diz União Européia. *O GLOBO*, Rio de Janeiro, 30 maio 2006. Caderno 1, p. 18.

PARAGUAI. In: ENCICLÓPEDIA do Mundo Contemporâneo. 3. ed. rev. São Paulo: Publifolha, 2002, 469 p.

PESCE, Eduardo Ítalo. Esquizofrenia estratégica. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro n. 804, p

11-22, jan. - abr. 2006.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China: a ascensão pacífica da Ásia Oriental. *Revista Brasileira de Política Internacional*. São Paulo, v. 48, n. 2, p. 70-85, 2005.

PUTIN. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vladimir_Putin>. Acesso em: 02 jul. 2006.

QUINTANA, Juan. Cultura estratégica, democracia e Forças Armadas. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 56-97.

QUINZENAL, Pontes. *Iniciam-se conversações entre Mercosul e Rússia*. Disponível em: <http://www.ictsd.org/pont_quinze/06-05-31/brev_reg.htm>. Acesso em: 18. jul. 2006.

RODRÍGUEZ, Luis Palomino. Comentários sobre la OTAN y América Latina. *Revista del Instituto Peruano de Polemologia* Lima, jun. 1998. Disponível em: <<http://geocities.com/Athens/Cyprus/3580/rev/en98/ComenOTAN.html>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

RUIZ, Manoel. *Globalização*. Disponível em: <<http://sociedadigital.com.br/artigo.php?artigo=123>>. Acesso em: 31 jul. 2006.

RÚSSIA. *Dados estatísticos*. Disponível em: <http://www.brasil-russia.com.br/dados_estatisticos.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2006.

SAIN, Marcelo. Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os “defeitos civis”. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 21-55.

SALAS, Fernando Escobar. *Aymarás buscan retornar a la comunión com la naturaleza*. Disponível em: <<http://www.oei.org.co/nuevo%20sii/entrega27/art06.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

SILVINO, Leonardo. Todos os presidentes dos Estados Unidos. *Duplipensar.net*. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.duplipensar.net/dossies/2004-Q4/eua-2004-presidents.html>>. Acesso em 17 jun. 2006.

SOARES, Samuel Alves. As novas compleições da defesa e segurança regional no cenário das novas ameaças. *REDES 2003*. Disponível em: <http://www.edu/chds/redes2003/Academia_Papers/2.Civil_Mil_Relations/4.Civilian_Roles_Defense/3.%20Alves%Soares_final.doc>. Acesso em: 03 jul. 2006.

SOUTHERN AFRICA DEVELOPMENT COMMUNITY. Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/SADC.htm>>. Acesso em: 02 jul. 2006.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Venezuela consolida sua guerra prolongada e de resistência. *Leituras cotidianas n° 153*. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.br.geocities.com/mcros07/20050318a_venezuela_consolida_sua_guerra_popular_prolongada_e_de_resistencia.htm>. Acesso em: 29 jun. 2006.

TERRORISMO. Tríplíce Fronteira na mira dos deputados dos EUA. *Jornal Hoje*. Disponível em: <<http://www.jhoje.com.br/18072006/geral.php>>. Acesso em: 22 jul. 2006.

TZU, Sun. *A Arte da Guerra*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005. 111 p.

UNIÃO EUROPÉIA. In: WIKIPEDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Uni%C3o_Euro%C9ia>. Acesso em: 23 jul. 2006.

VENEZUELA. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Disponível em: <<http://www.analitica.com/bitblioteca/anc/constituicion1999.asp>>. Acesso em: 29 jun. 2006.

VIEGAS, José. *O Ministério da Defesa do Brasil*. Montevideu, 2004. Palestra proferida ao Curso Superior de Guerra do Centro de Altos Estudos Nacionais do Uruguai.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *As múltiplas faces da integração*. Disponível em: <www.alia2.net/article/141952.html>. Acesso em: 23 jul. 2006.

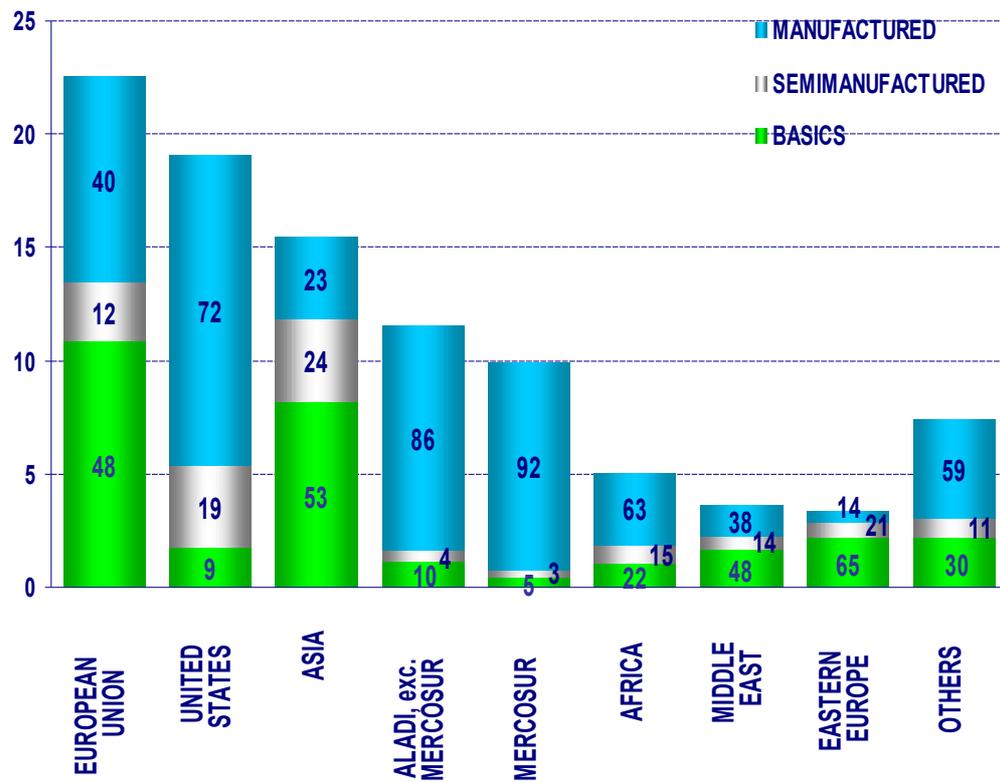
WIEMER, Francisco Eduardo Studart. *Francisco Eduardo Studart Wiemer: entrevista sobre o tema Possibilidades de Integração Regional Militar*, abr., 2006. Entrevistador: Hamilton Jorge da Gama Henrique. Brasília, 2006.

YOSHIDA, Consuelo. *Os desafios à implementação do Protocolo de Kyoto: a experiência e a contribuição japonesa*. São Paulo: UNICAMP, 2005. Disponível em: <<http://www.cori.rei.unicamp.br/BrasilJapao3/Trabalhos2005/Trabalhos%20Completos/Protocolo%20de%20Kioto%20Workshop.doc>>. Acesso em: 23 jul. 2006.

ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005, 285p.

ANEXO A

**PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES POR BLOCO ECONÔMICO
2005**



Fonte: www.desenvolvimento.gov.br (DADOS, 2005)

ANEXO B

País	Gasto Militar em % do PIB		Variação Percentual
	1985	2002	
ARGENTINA	3,8	1,4	- 63,1
BRASIL	3,0	2,3	- 23,3
URUGUAI	2,8	1,8	- 35,7
PARAGUAI	1,1	1,0	- 10
MERCOSUL	3,2	2,0	- 37,5
BOLÍVIA	3,0	1,6	- 46,6
C COLÔMBIA	1,6	3,7	1 31,2
EQUADOR	2,8	3,0	7,1
PERU	6,7	1,6	- 76,1
VENEZUELA	2,1	1,3	- 38,0
COMUNIDADE ANDINA	3,1	1,8	- 41,9
CHILE	10,0	4,1	- 59,0
GUIANA	7,7	0,7	- 90,9
SURINAME	0,9	0,9	0
TOTAL NA AMÉRICA DO	3,3	2,1	- 36,3

SUL			
-----	--	--	--

Fonte: www.nuevamayoria.com (BALANÇO, 2004)

ANEXO C

PRINCIPAIS PAÍSES COMPRADORES DO BRASIL

1º Quadrimestre de 2006 - US\$ MILHÕES

	Valor	Varição 2006/05	Participação Percentual
1 – EUA	7.393	4,2	18,9
2 – Argentina	3.370	20,5	8,6
3 – China	2.151	32,1	5,5
4 – Alemanha	1.732	22,2	4,4
5 – Países Baixos	1.537	5,3	3,9
6 – México	1.419	12,0	3,6
7 – Japão	1.203	17,5	3,1
8 – Itália	1.194	9,2	3,0
9 – Chile	1.132	14,9	2,9
10 - Venezuela	969	53,8	2,5
11 – Rússia	846	27,8	2,2
12 – Reino Unido	761	-0,2	1,9

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio (BALANÇA, 2006, p. 21)